



**UNIVERSIDADE DO MINHO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS**

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS PROCESSOS DE GEMINAÇÃO ENTRE S. VICENTE  
E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

**Jandira da Conceição Gomes**

**Mindelo, 2015**



**Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais**  
**Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais**

**TÍTULO DA MONOGRAFIA:**

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS PROCESSOS DE GEMINAÇÃO ENTRE  
SÃO VICENTE E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

AUTORA: Jandira da Conceição Gomes

ORIENTADOR: MESTRE EUNICE LOPES GRAÇA

MINDELO, 2015

**TÍTULO: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS PROCESSOS DE  
GEMINAÇÃO ENTRE SÃO VICENTE E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

**Declaração de Originalidade**

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e Independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

A Candidata,

Jandira da Conceição Gomes

Mindelo, 29 de Julho de 2015

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo  
como parte dos requisitos para obtenção do grau de  
licenciatura em Ciência Política e Relações  
Internacionais”.

*Em memória da minha Avó Tataia, de quem espero ter herdado a inquietude e a coragem daqueles que não esperam que sejam sempre outros (Pais? Estado? Nossa Senhora?) a resolver os seus próprios problemas ou desafios...*

## **AGRADECIMENTOS**

Chegar a este ponto foi uma árdua tarefa e por isso, só a determinação, empenho e dedicação, o permitiram. No entanto é justo reconhecer e agradecer pessoas que pelo seu contributo, direto, ou indireto, estímulo e apoio moral, ajudaram-me a desenvolver este projeto.

Assim, agradeço em primeiro lugar, ao meu Grande Deus que nunca me desamparou, por me ter abençoado e que me iluminou e deu-me forças para suportar até ao fim.

Agradeço ao meu filho por ter suportado a minha falta. Ao meu esposo pelo seu apoio, pela sua confiança e credibilidade em minha pessoa e também suportou a minha ausência, à minha mãe que sempre me incentivou não me deixou desistir do curso e que me ajudou de tantas maneiras.

À Mestre Eunice Graça, pela orientação académica, pelo sentido de liberdade transmitido na elaboração deste trabalho, e por todo o seu acompanhamento, disponibilidade e apoio.

Aos Professores do curso e à Professora Coordenadora do mesmo, pela mestria e sapiência demonstrados durante esses quatro anos.

À Uni-Mindelo, instituição de grande estima que sempre me apoiou nesse trajecto.

Ao Magnífico Reitor Albertino Graça, por me aconselhar a escolher este caminho.

À Família CPRI 2, pela paciência que tiveram comigo nesses 4 anos de convivência.

Aos inquiridos, pela disponibilidade e dedicação que se propuseram em colaborar na validação dos instrumentos de recolha de dados, partilhando, prontamente, os seus saberes e as suas experiências.

A todos os meus familiares e Amigos, não vou referir nomes pois vocês sabem quem são, o meu Obrigada, pelas opiniões, pelo apoio incondicional, pelo carinho e, sobretudo, pela confiança que sempre depositaram em mim...enfim, pela vossa amizade!

A todos muitíssimo obrigada!

“Deus vos Guarde”

“A aprendizagem enriquece os nossos conhecimentos, mas a humildade nos faz atingir a meta, com a sensação do dever cumprido”.

*(Zé Bentub)*

## RESUMO

Surgida no período pós II Guerra Mundial, a cooperação internacional assumiu uma preponderância central para os países do continente europeu que se encontravam profundamente fragilizados, com o intuito de promover a paz, a compreensão internacional, a amizade e a reconciliação entre os seus povos, surgindo, assim, essa forma de cooperação entre as cidades da Europa Ocidental, traduzida na cooperação intermunicipal, mais concretamente, na geminação entre os municípios, dando origem a conceitos como “Cidades Gémeas” ou “Cidades Irmãs”.

Em Cabo Verde, o conceito de geminação surgiu nos anos 80, mais precisamente em 1986, sendo o Município de S. Vicente pioneiro nessa matéria, assinando o seu primeiro protocolo de geminação com um município norte-americano, New Bedford, ainda sob o regime de partido único.

O segundo protocolo foi assinado com a Câmara Municipal de Oeiras, em Portugal, em 1988, e, que se traduziu em ganhos inquestionáveis para a ilha. Mas, mais do que isso, abriu as portas à implementação, em todo o país, de acções de cooperação descentralizada e mostrou que era possível a cooperação entre os municípios.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, em que o primeiro incidiu sobre os conceitos de Cooperação Descentralizada, Desenvolvimento Local e Cooperação Intermunicipal, com destaque para este último, procurando defini-lo, apresentar a sua tipologia, as formas, os factores e os actores desse tipo de cooperação descentralizada, até chegar ao tema central do trabalho, a Geminação, tendo em vista o Desenvolvimento Local.

No segundo capítulo, procedeu-se a uma análise das relações internacionais de Cabo Verde, estabelecendo a ligação com a cooperação internacional do país com os seus vários parceiros. Procedeu-se, ainda, a sua caracterização política, analisando a sua condição de país sob o regime de partido único, no período pós independência, à implementação do regime de multipartidarismo, facto que possibilitou a institucionalização de um verdadeiro poder local, criando, assim, as condições necessárias, através da alteração da legislação, para a cooperação intermunicipal. Fez-se, ainda, referência a história do poder local em Portugal, bem como da legislação concernente, país com o qual os municípios cabo-verdianos estabeleceram, até então, o grosso das geminações.

No capítulo seguinte, fez-se uma resenha e enquadramento das Geminções entre os Municípios Portugueses e o de São Vicente e analisou-se o papel dos Municípios Portugueses no desenvolvimento da ilha.

O último capítulo é dedicado à apresentação dos resultados da investigação, a indicar as respostas às questões colocadas no início do trabalho; a conclusão do estudo realizado e algumas recomendações, visando a melhoria do processo.

**Palavras- Chave:** Cooperação Descentralizada, Cooperação Intermunicipal, Desenvolvimento Local, Geminção



## **ABSTRAT**

Born in the post-World War II period, the international cooperation has assumed a central preponderance for continental European countries that were deeply vulnerable, in order to promote peace, international understanding, friendship and reconciliation among the most vulnerable people in period of post-war emerging, so this form of cooperation between the Western European cities, translated into a form of inter-municipal cooperation, in particular twinning between the cities, giving rise to concepts of "Twin City" or "Sister Cities" .

In Cape Verde, the concept of twinning came about in the 80s, more precisely in 1986, being the Municipality of S. Vicente a pioneer in this area, signing its first twinning agreement with a North American city, New Bedford, still under the regime of single party.

The second protocol was signed with the Municipality of Oeiras, Portugal, in 1988, which has resulted in undeniable benefits for the island. However, more than that, it opened the doors, for the nationwide implementation of decentralized cooperation, and showed that cooperation was possible between municipalities.

The present work was divided into four chapters, where, the first chapter focused on the concepts of Decentralized Cooperation, Local Development and Inter Municipal, being this last one, looking for to be define it, present its typology, its forms, factors and actors of that kind of decentralized cooperation until we reach the central theme of the work, the twinning, having in mind the Local Development.

In the second chapter, we proceeded to an analysis of international relations of Cape Verde, linking up with the international cooperation of the country with its various partners. The procedure was also his political characterization, analyzing their country status under the one-party regime in the post-independence period, the implementation of multi-party system, a fact that enabled the institutionalization of a true local government, thus creating , the necessary conditions, by changing the law to inter-municipal cooperation. There was also reference the history of local government in Portugal, as well as legislation concerning, a country with which the Cape Verdean municipalities have established so far the bulk of twinning.

In the next chapter, there was a review and framework of Twinning between the Portuguese Municipalities and the Saint Vincent and analyzed the role of Portuguese Municipalities in the development of the island.

The last chapter is dedicated to the presentation of research results, indicating the answers to the questions posed at the outset; the completion of the study performed and some recommendations in order to improve the process.

**Keywords:** Decentralized Cooperation, Local Development, Inter Municipal Cooperation and Twinning.

## **SIGLAS**

*ACP - África Caraíba e Pacífico*

*AMSV - Assembleia Municipal de São Vicente*

*ANMCV - Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde*

*APD - Ajuda Publica ao Desenvolvimento*

*APD - Ajuda Publica ao Desenvolvimento*

*BM - Banco Mundial*

*BO - Boletim Oficial*

*CD - Cooperação Descentralização*

*CIM - Cooperação Intermunicipal*

*CMRE - Concelho dos Municípios e Regiões Europeias*

*CMSV - Câmara Municipal de São Vicente*

*CPLP - Comunidade de países de Língua Oficial Portuguesa*

*CRCV - Constituição da República de Cabo Verde*

*DL - Decreto-Lei*

*EUA - Estados Unidos da América*

*FED - Fundo Europeu do Desenvolvimento*

*FMCG - Federação Mundial das Cidades Geminadas*

*FMCU - Federação Mundial das Cidades Unidas*

*FMI - Fundo Monetário Internacional*

*MpD - Movimento Para a Democracia*

*MPRSV - Movimento Para o Renascimento de São Vicente*

*OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*

*ONDD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento*

*ONG - Organização Não Governamentais*

*ONU - Organização das Nações Unidas*

*PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde*

*PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*

*PCD - Partido da Convergência Democrática*

*PD - Países Desenvolvidos*

*PDU - Plano de Desenvolvimento Urbano*

*PIB - Produto Interno Bruto*

*PMI-PF - Programa materno Infantil e de Planeamento Familiar*

*PSD - Partido Social Democrático*

*PVD - Países em Vias de Desenvolvimento*

*UE - União Europeia*

*URSS - União das Repúblicas Socialista Soviéticas*

## ÍNDICE

RESUMO.....	iv
ABSTRAT .....	vi
SIGLAS .....	viii
ÍNDICE DE QUADROS: .....	xii
ÍNDICE DE FIGURAS: .....	xiii
CAPÍTULO I .....	1
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Objecto do Trabalho .....	2
1.2 Objectivo Geral.....	3
1.3 Objectivos específicos .....	3
METODOLOGIA .....	4
CAPÍTULO II .....	6
2 ENQUADRAMENTO TEORICO DA DESCENTRALIZAÇÃO.....	6
Conceitos Centrais: Cooperação Descentralizada, Desenvolvimento Local, Cooperação Intermunicipal, Geminação.....	6
2.1 Cooperação Descentralizada.....	6
2.2 Conceito de Cooperação Descentralizada.....	8
2.3 Princípios gerais da cooperação descentralizada .....	9
2.3.2 Princípio da legalidade e da autonomia .....	9
2.3.3 Princípio da subsidiariedade .....	9
2.4 Colaboração institucional .....	10
2.5 O princípio da cooperação descentralizada.....	10
2.6 Tipologia de Cooperação .....	11
3 Desenvolvimento Local .....	13
3.1 O conceito do desenvolvimento.....	13
3.1.1 Desenvolvimento local .....	14
3.2 Cooperação Intermunicipal .....	16
3.2.1 Conceito da Cooperação Intermunicipal.....	16
3.2.2 Evolução da Cooperação Intermunicipal .....	16
3.2.3 Tipos De Cooperação Intermunicipal .....	18
3.2.4 Factores que Determinam a Cooperação Intermunicipal.....	19
3.2.5 Actores da Cooperação Intermunicipal.....	19

4	Geminação .....	20
4.1	Conceito da Geminação.....	20
	CAPÍTULO III.....	23
5	CABO VERDE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	23
5.1	Relações Internacionais .....	23
5.2	Da Cooperação Internacional À Cooperação Intermunicipal .....	28
5.3	Caracterização Política .....	28
5.3.1	Institucionalização do Poder Local em Cabo Verde.....	32
	Legislação Enquadramento Geral .....	32
5.3.2	Lei-quadro da Descentralização.....	36
5.3.3	Legislação Autárquica .....	41
	CAPÍTULO IV .....	44
6	A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE. ....	44
6.1	Caracterização Geral da Ilha São Vicente .....	44
6.1.1	Descoberta .....	45
6.1.2	Demografia .....	46
6.1.3	Economia .....	47
6.1.4	Sistema de Saúde .....	48
6.2	Afirmação da Municipalidade Mindelense.....	48
6.2.1	Organograma .....	52
6.2.2	Resenha e Enquadramento das Geminações entre os Municípios de São Vicente e os Municípios Portugueses, história e acções desenvolvidas. ....	52
6.2.3	História do Poder Local em Portugal.....	57
6.2.4	Enquadramento Geral da Lei Portuguesa .....	60
6.3	Enquadramento das Geminações .....	66
6.4	História e acções Desenvolvidas .....	66
6.5	Análise do Estudo Qualitativo .....	66
6.6	Comparação dos dois Momentos .....	66
	CONCLUSÃO DA INVESTIGAÇÃO .....	71
	BIBLIOGRAFIAS .....	75
	ANEXOS: .....	81

## **ÍNDICE DE QUADROS:**

Quadro 1: Motivações que estiveram na base das relações da Cooperação Municipal...	70
Quadro 2: Domínios de actuação da cooperação dos Municípios Portugueses e a CMSV.....	72
Quadro 3: Apoios das Congéneres Portugueses ao Município de São Vicente.....	73
Quadro 4: Anexo- Áreas de actuação e data das assinaturas das geminações.....	84

## **ÍNDICE DE FIGURAS:**

Figura 1: Localização geográfica de São Vicente.....	46
Figura 2: Edifício da Câmara Municipal de São Vicente.....	50
Figura 3: Organograma da Câmara Municipal de São Vicente.....	54



## CAPÍTULO I

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitula-se “Diagnóstico da situação dos processos de geminação entre São Vicente e os Municípios Portugueses” e trata-se de uma monografia, que tem por objectivo a análise e avaliação dos processos de geminação existentes entre as entidades municipais já referenciadas, tendo sempre em consideração o seu impacto no processo de desenvolvimento da ilha de S. Vicente.

As geminações são vias privilegiadas de implementação da cooperação intermunicipal, podendo ser entendidas como parcerias permanentes, formalizadas mediante acordos entre as partes, que podem abranger dois ou mais municípios, reconhecidos oficialmente, e que promovem o intercâmbio de conhecimentos e de experiências, envolvendo diferentes sectores da sociedade civil, com intuito de beneficiar algumas áreas cultural, económica, política e financeira, cuja repercussão, terá efeitos directos no bem-estar da população dos referidos municípios.

S. Vicente tem vindo a beneficiar desse importante instrumento de cooperação descentralizada, através da celebração de acordos de geminação com vários Municípios portugueses, principalmente, que se traduzem em apoios vários concedidos pelas Cidades Gêmeas, canalizados para a implementação de vários projectos municipais, com ganhos significativos a nível do Município.

Porém, nos últimos anos, mais precisamente a partir de 2008, tem-se a sensação do enfraquecimento dessas relações, com repercussões evidentes ao nível do desenvolvimento local, agravados, pela situação difícil que se vive no país actualmente, evidenciados através de elevadas taxas de desemprego, que atinge, principalmente, a camada mais jovem, dificuldades financeiras, perda do poder de compra por parte dos trabalhadores, etc.

Isso motiva-nos para uma análise e reflexão sobre os trâmites que envolvem os processos de geminação utilizados até então, visando chegar a real situação das relações de cooperação e de amizade entre o Município de S. Vicente e os Municípios

portugueses. Será que se pode falar, efectivamente, num enfraquecimento dessas relações ou trata-se apenas de um momento menos bom, perfeitamente justificável com a actual conjuntura política e económica que se vive em Portugal?

Por outro lado, caso se se confirme o abrandamento dessas relações, será que a actualização do processo de geminação, tendo em conta factores actuais de modernização, poderá reverter a situação?

O que nos leva a seguinte pergunta de partida para o “estudo do caso específico do Município de S. Vicente”.

**Qual é a real situação das relações de cooperação e de amizade entre o Município de S. Vicente e os Municípios de Portugal?**

### **1.1 Objecto do Trabalho**

**“Diagnóstico da situação dos processos de geminação do Município entre São Vicente e os Municípios Portugueses”**,

Intitula-se, assim, o presente trabalho de monografia que tem por objetivo, para além de fins académico, que é a de obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, a análise pormenorizada de processos já existentes, visando avaliar as relações de cooperação entre as entidades municipais envolvidas, tendo sempre em foco o seu impacto no processo de desenvolvimento local.

Pretende-se, ainda, dado, a escassez de investigação sobre este fenómeno organizacional, potenciar algum acréscimo a esta temática, dando algum contributo na melhoria da rentabilização e gestão das sinergias para geminações futuras.

A escolha do tema prende-se, portanto, com a importância que a geminação teve e continua a ter no processo de desenvolvimento de São Vicente. Daí a motivação para querer aprofundar os nossos conhecimentos sobre a matéria, visando dar o nosso contributo para melhorar o processo, resgatando, assim, a sua importância de outrora, no processo de desenvolvimento local.

## **1.2 Objectivo Geral**

O presente trabalho tem por objectivo geral fazer um diagnóstico da real situação dos processos de geminação do Município de S. Vicente com as congéneres portuguesas, em dois momentos distintos, de 1988 (data da assinatura do primeiro acordo de geminação do Município de S. Vicente com um homólogo português) até 2008, e a partir desta data em que se tem a sensação do declínio dessas relações, aos nossos dias.

## **1.3 Objectivos específicos**

Para dar sustentabilidade ao objectivo geral, propomos os seguintes objectivos específicos:

- Analisar as relações de cooperação entre os Municípios de S. Vicente e os de Portugal e a sua evolução no tempo;
- Confirmar ou não o enfraquecimento dessas relações e identificar as causas, caso se confirme tal prognóstico;
- Fundamentar a necessidade de resgatar a importância da geminação no processo de desenvolvimento de S. Vicente;
- Identificar o papel dos autarcas enquanto promotores e dirigentes da cooperação descentralizada;
- Perspectivar o futuro das geminações no Município de S. Vicente.

## **Hipótese:**

**Um maior dinamismo por parte dos dirigentes municipais nos processos de geminação permitirá resgatar a sua importância de outrora no processo de desenvolvimento de S. Vicente.**

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste trabalho consistiu na recolha, análise e tratamento de dados, directamente relacionados com as temáticas da Cooperação Descentralizada, Cooperação Intermunicipal e Desenvolvimento Local. Incluiu, ainda, a técnica de tratamento de dados para a análise de conteúdo. As informações mais teóricas serviram de base para compreender a realidade concreta das assimetrias em estudo.

Optamos pela investigação qualitativa para permitir identificar e diagnosticar a evolução dos processos de geminação ao longo dos anos pretendidos, nomeadamente de 1988 a 2008 e desta a data actual, por forma a assinalar os factores de sucesso subjacentes aos mesmos.

O instrumento de recolha de dados utilizado foi a entrevista semi-estruturada, dirigida aos representantes do Município de S. Vicente, e consulta com base nos documentos que constam de fontes citadas e na bibliografia, em anexo.

Optamos por inquirir os actores directos (ex-autarcas e autarca actual), por serem as pessoas que melhor conhecem o processo das geminações e o seu impacto no desenvolvimento do Município em referência.

A consulta da Internet, mais exactamente dos sítios oficiais de várias organizações, também se revelou importante para a recolha de dados quantitativos actualizados.

Assim, foram analisados materiais, relatórios e protocolos de geminação, elaborados pelos agentes envolvidos, e foram realizadas entrevistas, com o objectivo de fazer um balanço dessas geminações, bem como obter a opinião dos inquiridos.

Durante a realização do trabalho, deparamos com algumas dificuldades devido à escassez de registos sobre o tema em Cabo Verde e de os existentes serem de difícil acesso, por estarem dispersos e não compilados.

O trabalho incide sobre o Município de S. Vicente, em Cabo Verde, e está dividido em dois momentos distintos:

Um primeiro momento que vai do período de 1988 (data da assinatura do primeiro acordo de geminação do Município de S. Vicente com um homólogo português) a 2008; E um segundo momento que vai de 2008, data que marca o declínio dessas relações, até aos nossos dias.

## CAPÍTULO II

### 2 ENQUADRAMENTO TEORICO DA DESCENTRALIZAÇÃO

#### **Conceitos Centrais: Cooperação Descentralizada, Desenvolvimento Local, Cooperação Intermunicipal, Geminação**

##### **2.1 Cooperação Descentralizada**

Conceito de Cooperação - O acto de cooperação entre países faz parte da dinâmica política, económica e social que caracteriza a realidade de qualquer Estado no Mundo em geral e, em particular, dos países Africanos. A importância que a cooperação assume na actualidade faz com que haja uma contínua produção internacional de novos elementos conceptuais a seu respeito. Realmente, não há uma definição única, completa e sempre válida deste conceito.

*“Monteiro (1997) é de opinião que cooperação é como “uma transferência de recursos de um país para outro a fim de promover o desenvolvimento do país receptor”, mas também como “um fenómeno que pode ser entendida como uma forma organizada de acção, prosseguindo objectivos e interesses comuns a duas ou mais partes”.*

De facto, as mudanças que se verificam no contexto internacional e nas concepções de política externa, com óbvios reflexos na cooperação, levam a que a mesma seja alvo de várias definições, entre as quais, se destaca a de Afonso (1995,) *segundo a qual, “a cooperação é a criação de mecanismos e estabelecimento de laços de solidariedade, para compensar o fosso cada vez maior, entre os Países Desenvolvidos (PD) e os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) ”.*

Para esta autora, a cooperação pode, ainda, ser entendida como “um trabalho em comum, de colaboração, e acto de Ajuda ao Desenvolvimento<sup>1</sup>” (Afonso,), e este trabalho tem-se revelado um elemento indutor da melhoria das condições de vida de muitos povos, principalmente, dos países menos desenvolvidos.

Assim, para estes autores, a cooperação, sem deixar de constituir um activo para os receptores, não se assume como um passivo para os outros intervenientes no processo.

---

<sup>1</sup> A Ajuda Publica ao Desenvolvimento «APD», na definição do Comité da Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, traduz-se na transferência de recursos provenientes de meios públicos ou de organizações Intergovernamentais, concedidos em condições mais favoráveis do que as do mercado e cuja finalidade é o desenvolvimento do país receptor.

Se a cooperação for considerada no sentido mais nobre do termo, ou seja, com vista a promover as bases de um desenvolvimento auto-sustentado que valoriza, de facto, os países e apoia a construção de alicerces duradouros no quadro da nova mundialização, então o objectivo prioritário da cooperação internacional é, no imediato, o da formação de recursos humanos e, logo de seguida, o do desenvolvimento.

Portanto, em sentido lato, a cooperação visa promover o desenvolvimento dos países beneficiários da mesma e tem como principais objectivos:

- A luta contra a pobreza;
- A promoção e consolidação da democracia nos PVD<sup>2</sup>;
- O desenvolvimento económico-social sustentável dos países mais desfavorecidos;
- A inserção harmoniosa e progressiva dos PVD na economia mundial;
- Evitar e responder a perigos e ameaças comuns;
- Construção de um sistema internacional mais justo e mais eficaz;
- Fomentar o desenvolvimento e o progresso social e preservar o meio ambiente.

Para além de visar o desenvolvimento, a cooperação também assume uma vertente política, uma vez que “favorece a interacção entre povos e regiões e permite a sua compreensão mútua, o que ajuda à discrição das relações internacionais” (Trindade, 2006,).

Nesse âmbito, “a cooperação facilita o equilíbrio político a nível global e ajuda a melhorar a integração no sistema mundial das regiões mais remotas e desfavorecidas” (Trindade, 2006).

Conceito de descentralização - Aguiar Mazula, citado por (Faria e Chichava 1999), define a descentralização “como sendo a criação de entidades autónomas distintas do Estado, paralelas a ele” (Faria e Chichava, 1999). E, acrescenta que, “com a descentralização desaparece a hierarquia administrativa, surge um relacionamento entre pessoas jurídicas diferentes, com atribuições e responsabilidades juridicamente definidas pela lei”.

Numa conceptualização simplificada, segundo o mesmo autor, são normalmente considerados três tipos de descentralização:

---

<sup>2</sup> A designação Países em Vias de Desenvolvimentos foi substituída por Países em Desenvolvimento.

- I. Descentralização administrativa ou desconcentração, nos casos em que a descentralização é feita sem implicar uma transferência definitiva da autoridade, poder de decisão e implementação, da administração central para outros agentes fora dos órgãos centrais;
- II. Descentralização política ou devolução, quando a descentralização implica uma transferência final do poder de decisão e implementação da administração central para órgãos locais eleitos;
- III. Conjunto de técnicas de descentralização, quando há uma combinação dos dois processos anteriores.

## **2.2 Conceito de Cooperação Descentralizada**

A introdução do conceito de Cooperação Descentralizada (CD), como proposta da União Europeia, realizou-se em 1989, na IV Convenção de Lomé, “reflectindo uma nova orientação do papel do Estado, da participação e protagonismo dos beneficiários, e um maior apoio ao envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento. Os desafios da globalização e do combate à pobreza têm conseguido aproximar diferentes actores e as parcerias público-privadas são, cada vez mais, uma realidade.” Houve um reforço da participação da Sociedade Civil bem como um maior envolvimento e participação dos beneficiários das acções de cooperação no seu próprio desenvolvimento.

Segundo Alves (1996), “a CD é uma inovação da Convenção de Lomé IV (artigos 20-22, 230-g) e consagra o reconhecimento dos actores não-governamentais enquanto parceiros da cooperação, marcando por isso uma etapa importante na evolução de uma cooperação quase exclusivamente organizada num modelo Estado a Estado, para uma cooperação mais participativa.”

A Cooperação Descentralizada surge assim num contexto em que existe um conjunto vasto de novos atores que participam e contribuem activamente para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a par da acção dos Estados e Organismos Internacionais.



Foi ainda reforçado pelo Acordo de Cotonou (UE/ACP) em 2000, que sucedeu as Convenções de Lomé, ao reforçar a promoção das abordagens participativas (II Pilar do Acordo de Cotonou), com especial enfoque nos agentes não estatais e na Sociedade Civil.

Existem alguns conceitos de CD, que envolvem uma descentralização da tomada de decisões relativamente a cooperação internacional e uma maior participação da Sociedade Civil e de novos actores no processo de cooperação. A lógica da CD é promover a democratização das sociedades e uma maior participação das populações, através de decisões ao nível das autoridades locais, pois estas encontram-se mais próximas das populações e conhecem melhor a realidade e as necessidades locais.

*“A descentralização vem sendo factor de afirmação do regime democrático pois, há uma crescente evolução das mentalidades quanto ao exercício da cidadania a nível local e o reforço da democracia, muito em particular sobre o lugar e o papel dinamizador que cabe ao Poder Local o qual tem-se revelado mais apto na promoção do acesso a equipamentos sociais nas áreas da educação, desporto e saúde, no abastecimento de água e energia, no fomento de actividades económicas locais, na infra-estruturação urbanística, na habitação social, etc., pese embora a exiguidade dos recursos financeiros, humanos e materiais com que os municípios se confrontam”.* Costa (2003).

## **2.3 Princípios gerais da cooperação descentralizada**

### **2.3.1 Princípios fundamentais**

A cooperação internacional descentralizada rege-se pelos princípios da legalidade e da autonomia, da subsidiariedade e da colaboração institucional.

### **2.3.2 Princípio da legalidade e da autonomia**

I. Os agentes agem nas relações internacionais com respeito pela lei, pelos Tratados de que fazem parte, salvaguardando sempre a unidade do Estado e os limites das suas atribuições e competências.

II. A intervenção dos agentes confina aos limites das suas atribuições e competências.

### **2.3.3 Princípio da subsidiariedade**

I. Princípio da subsidiariedade, segundo o qual a responsabilidade por qualquer problema é, em primeiro lugar, daqueles que estão mais próximos a ele, ou seja, os recursos e poder devem ser transferidos para aqueles níveis onde os problemas aparecem, já que eles teriam melhores condições de actuar mais eficaz e eficientemente no trato daqueles problemas identificados.

## **2.4 Colaboração institucional**

A colaboração institucional pressupõe o acesso e a partilha atempada de toda a informação que vier ao conhecimento dos agentes e dos serviços centrais da Administração Pública, bem como a assídua participação nas estruturas de coordenação e articulação da definição e execução da política de cooperação internacional descentralizada.

## **2.5 O princípio da cooperação descentralizada**

O princípio da cooperação descentralizada é hoje mundialmente reconhecido como um complemento dos meios tradicionais de cooperação.

Outrossim, visa estabelecer novas formas de colaboração e parcerias, bilateral e multilateral, com as autoridades locais e organizações não-governamentais,

A descentralização constitui um eixo estratégico para o reforço da democracia e a promoção do bem-estar social e económico das comunidades locais. A opção pela descentralização e partilha de responsabilidades entre o Estado, estruturas e órgãos locais democraticamente eleitos pelas populações propicia um ambiente favorável à participação das populações no processo de desenvolvimento do seu território e um melhor exercício da governação.

A CD pode, assim, contribuir para o desenvolvimento participativo e para uma boa governação, contribuindo para o cumprimento das metas a alcançar.

Os objectivos principais da CD passam, antes de mais, por assegurar um desenvolvimento melhor, através de uma maior atenção às necessidades e prioridades

das populações. Por isso, a CD visa reforçar o papel e o lugar da sociedade civil no processo de desenvolvimento.

## **2.6 Tipologia de Cooperação**

Como já foi dito, a cooperação é um instrumento de promoção ao desenvolvimento e, como tal, á diferentes estratégias de desenvolvimento têm vindo a corresponder, ao longo dos tempos, diferentes modelos de cooperação.

Interessa, por isso, estabelecer uma tipologia da cooperação, sendo que a mesma pode obedecer a vários critérios.

De facto, a cooperação pode ser classificada em função da sua origem, canais de execução ou instrumentos de implementação.

De acordo com a origem, na perspectiva de Monteiro (1997), a cooperação pode ser pública ou oficial (administração central, regiões, ou outros órgãos de administração) e privada ou não-governamental (ONG, empresas, associações, etc.).

Ainda segundo Monteiro (1997), em relação aos canais de execução, *“a cooperação pode ser bilateral e multilateral, embora, de acordo com o mesmo autor, possa surgir uma forma mista, e, nos últimos tempos, comece a emergir a cooperação descentralizada”*.

A cooperação bilateral é aquela em que os doadores canalizam os fluxos da APD directamente para os receptores (governos ou outras organizações). Portanto, nesta forma de cooperação a fonte e o canal, segundo os quais se processa a APD, são controlados pelos países doadores.

Assim, segundo Monteiro (1997), *“a relação é directa entre país doador e país beneficiário” e como a APD é alvo de um controlo directo, esta forma de ajuda revela-se como a preferida dos países doadores “que facilmente a subordinam assim aos seus próprios interesses”*.

Para Pinto (2009) *a cooperação bilateral “inclui ajuda fornecida directamente ao país beneficiário, ou através de organizações não-governamentais nacionais e internacionais, que actuam na área do desenvolvimento e actividades relacionadas com o desenvolvimento promovido no próprio país doador”*.

Como exemplo desta forma de cooperação podem ser referidas a cooperação técnica, a ajuda alimentar e o reescalonamento ou anulação de dívidas e empréstimos concessionais.

Esta modalidade de ajuda conforme Afonso (1995), “depende bastante das políticas gerais que ligam os países doadores aos países receptores e prende-se muito com laços históricos e culturais”, embora possa assumir um carácter “técnico económico” e esteja mais relacionada com “interesses económicos particulares dos países doadores” (Monteiro, 1997,).

Em relação à cooperação multilateral, segundo Pinto (2009,), a mesma contempla “as contribuições para os orçamentos das organizações multilaterais que actuam na área do desenvolvimento, pois essas organizações gerem os fundos de forma autónoma”.

Portanto, a cooperação diz-se multilateral quando os fluxos são transferidos para organizações multilaterais (ONU, União Europeia «UE», BM) as quais os utilizam para financiar as suas actividades de promoção do desenvolvimento.

Em princípio, a cooperação multilateral é mais eficaz que a bilateral, sobretudo na resolução de problemas que são comuns a vários países. Esta forma de ajuda contém, teoricamente, uma melhor garantia quanto ao seu grau de imparcialidade política, uma vez que corre menos risco de ser influenciada pela pressão dos países doadores individuais no sentido de ligar a sua atribuição à compra de bens e serviços no país que a fornece.

Assim como na cooperação bilateral, também na cooperação multilateral é o doador que controla a fonte da APD, mas quanto ao canal de transmissão da ajuda, “a responsabilidade e o controlo cabem a uma entidade intermediária, normalmente um organismo multilateral que, por via disso, desfruta de grande autonomia em relação aos seus países membros” (Monteiro, 1997).

Na realidade, é o organismo multilateral que controla e protagoniza todo o processo, “diluindo-se no seu seio a participação dos vários países membros” (Monteiro).

Importa, ainda, mencionar que esta forma de ajuda é feita através de concurso público internacional.

A cooperação multilateral, ao ser conduzida por uma entidade intermédia, leva ao aumento da eficácia e amplia a visibilidade das acções de cooperação, uma vez que proporciona a discussão das novas políticas e orientação de cooperação internacional,

levando a uma melhor formulação das diferentes políticas nacionais de cooperação e permitindo uma melhor reafecção dos recursos disponíveis.

Ao contrário do que acontece com a cooperação bilateral, a cooperação multilateral exclui, ou limita bastante, as questões de ligação histórico-cultural na selecção dos beneficiários, dando assim uma maior atenção à erradicação da pobreza, possibilitando a concentração da ajuda nos países de menor rendimento e nos sectores considerados prioritários.

Convém, no entanto, frisar que a cooperação multilateral não é o mesmo que a cooperação multi-bilateral, que se resume ao somatório de cooperações bilaterais entre os vários membros de uma organização.

A cooperação pode ainda ser classificada de descentralizada, que é aquela que representa uma nova abordagem de desenvolvimento na qual os agentes são colocados no centro da realização da cooperação para o desenvolvimento.

*“Etimologicamente, descentralizar significa tirar do centro para a periferia. Aplicado a organização estatal, traduz o processo através do qual atribuições administrativas do Estado, enquanto pessoa colectiva de âmbito nacional e com fins gerais, são distribuídas para pessoas colectivas distintas e de âmbito territorial ou institucional mais limitado. Genericamente, a descentralização, é, pois, um critério de repartição de competências e atribuições da comunidade nacional organizada, entre o estado e entes distintos” (Carlos Veiga).*

### **3 Desenvolvimento Local**

#### **3.1 O conceito do desenvolvimento**

No sentido geral, o desenvolvimento pode ser visto como um processo de carácter multidimensional, tendo o ser humano como a preocupação central. Abarca questões que dizem respeito a melhoria generalizada das condições de vida do ser humano, tais como o acesso aos meios que asseguram o seu bem-estar, a liberdade cívica e política, a promoção da igualdade de oportunidades, a protecção do ambiente, a melhorias das condições de saúde, educação e emprego, etc.

Em busca de uma renovação do conceito de desenvolvimento surgiram inúmeras denominações em torno deste conceito. É nesta perspectiva que segundo Amaro

(2001:55), foram criados seis (5+1) conceitos de desenvolvimento, cientificamente fundamentados (objectos de investigação) e de reconhecimento institucional e internacional (ONU, Banco Mundial, FMI, OCDE).

- a) Desenvolvimento sustentável,
- b) Desenvolvimento local,
- c) Desenvolvimento participativo,
- d) Desenvolvimento humano,
- e) Desenvolvimento social,
- f) Desenvolvimento integrado.

Esses conceitos estão organizados da seguinte forma: desenvolvimento sustentável pertence a fileira ambiental; desenvolvimento local e participativo estão enquadrados na fileira das pessoas e comunidades (people-center); desenvolvimento humano e social por sua vez pertence à fileira da afirmação dos direitos humanos e o desenvolvimento integrado é um conceito transversal a todos esses conceitos.

### **3.1.1 Desenvolvimento local**

*“Nasceu nos anos setenta a partir de trabalhos realizados no terreno pelos técnicos das organizações internacionais e não-governamentais (Nações Unidas). Na tentativa de criar estratégias de desenvolvimento comunitário, cria-se nos anos oitenta uma nova forma teórica e prática de desenvolvimento centrado nas comunidades locais. Pois, pensa-se que este conceito deve ser um conceito de proximidade e de cidadania local” (Amaro, 2001).*

A noção de Desenvolvimento Local, integra várias dimensões, espaciais, económicas, sociais, culturais e políticas que, por meio do seu conjunto dinâmico, podem produzir uma prosperidade sólida e durável que não se reduz à taxa de crescimento do PIB.

*“O aperfeiçoamento dos efeitos de aglomeração, a execução de programas de criação de emprego e renda, a ajuda à modernização do sector empresarial, os esforços feitos para elevar o nível de qualificações e de competências, a edificação do território por um conjunto de organizações e de serviços, a criação de instrumentos institucionais visando adaptar as mudanças e antecipar os problemas e desafios, são alguns dos elementos cobiçáveis no processo do desenvolvimento local” (Fauré, 2005).*

*“O desenvolvimento local resulta do ponto de encontro de dois acontecimentos: o grito da cidadania no que tange às críticas, aos péssimos resultados do ponto de vista social e ambiental que o desenvolvimento provocou ao longo do tempo e, também, face ao incrédulo no que se refere aos modelos políticos em vigor, a democracia, que não é participativa mas apenas representativa. Ou seja, é o resultado de todos esses factos e das utopias construídas nos anos 60 e 70” (Amaro 2001)*

Se antes da década de 70, as questões do desenvolvimento eram vistas de uma forma mais geral, ou seja, o desenvolvimento pode acontecer do geral para o particular, já a partir desta data as coisas passaram a ser vistas no sentido contrário, isto é, do particular para o geral. É a partir das pequenas comunidades constituídas por grupos mais vulneráveis que o processo de desenvolvimento deve iniciar-se.

O mesmo autor afirma que nos anos 70 foram feitas muitas críticas que puseram em causa o conceito de desenvolvimento, isto é, a crítica dos recursos e da sua gestão, e a crítica das questões ambientais e ecológicas. Para ele nem sempre esta dimensão está expressa no desenvolvimento local. Todavia, nutriu a abertura de brechas no conceito de desenvolvimento por onde, posteriormente se evoluiu o conceito de desenvolvimento local.

É importante referir a contribuição dada pelo economista François Perroux desde os anos 50. Perroux chamou a atenção para a necessidade de diferenciar o desenvolvimento focado no dinheiro e também focado nos homens. Esta contribuição também foi importante na medida em que influenciou em termos filosóficos o conceito de desenvolvimento local.

Assim, um dos objectivos importantes que se deve ter em conta na hora da implementação das políticas de desenvolvimento local é procurar a conexão e a coordenação entre os diferentes agentes que vão levar a cabo esse processo, com o propósito de evitar a contraposição entre os interesses individuais e colectivos

Assim, de acordo com Amaro (2000:), o desenvolvimento local representa: “Um processo de transformação, de mudança, que recusa a conservação; centrado numa comunidade humana de pequena dimensão, demográfica e geográfica; que parte da existência de necessidades não satisfeitas; que se procura responder, antes de mais a partir da mobilização das capacidades locais mas articulando-as com os recursos exógenos numa perspectiva de fertilização mútua, o que implica uma pedagogia e uma

metodologia de participação, pressupondo uma dinâmica de empowerment<sup>3</sup>. Assume uma lógica integrada; que prevê um trabalho em parceria, com impacto tendencial em toda a comunidade e, segundo uma grande diversidade de caminhos”.

Já para Velez (2001), o desenvolvimento local é uma maneira de modificar a forma como pensamos, agimos e convivemos em sociedade aproveitando a experiência do passado, mas construindo o presente com soluções inovadoras e adaptadas aos contextos locais e, sobretudo, com a preocupação presente de não transformar os projectos em ilhas, nem perpetuar a marginalização ou exclusão, antes privilegiar a conquista de direitos e relação de parceria.

A título de conclusão, referimos que o conceito de desenvolvimento local compreende um processo de crescimento e mudança estrutural que leva a melhoria na qualidade de vida da população de uma cidade. O desenvolvimento local aparece como uma perspectiva de inserção competitiva das cidades na economia global, utilizando da melhor forma possível suas capacidades locais e mobilizando os diversos actores locais.

## **3.2 Cooperação Intermunicipal**

### **3.2.1 Conceito da Cooperação Intermunicipal**

Esta forma de cooperação descentralizada, surgiu no período pós II Guerra Mundial, em virtude das economias Europeias encontrarem-se fortemente fragilizadas, ao nível das suas estruturas económicas, sociais e políticas. Daí os países optaram por uma reaproximação entre si para possibilitar a reconstrução da Europa. De facto, na história do pós II Guerra na Europa e na procura de retoma de pontes de diálogo, a cooperação intermunicipal assumiu importância capital para os países do continente europeu. Levou ao surgimento de experiências de cooperação entre instituições diversas, principalmente entre os países da Europa Ocidental. Tratava-se de uma cooperação entre territórios, onde os municípios eram apenas um dos tipos de instituições participantes. (Ribeiro e Faria, 2009).

### **3.2.2 Evolução da Cooperação Intermunicipal**

---

<sup>3</sup> A expressão empowerment é uma palavra Inglesa utilizada para expressar a prática real do poder por parte dos cidadãos. O empowerment permite autorizar, capacitar, ou dar poder sobre algo ou alguém ou para fazer algo. John Friedmann é considerado o defensor do conceito de empowerment na perspectiva do desenvolvimento



A ideia da cooperação descentralizada que nasceu na Europa, tem vindo a desenvolver-se rapidamente nos últimos cinquenta anos, principalmente, através da iniciativa de duas grandes organizações, o Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE) e a Federação Mundial das Cidades Geminadas (FMCG). Contudo, como refere (Afonso 1998), as geminações, apesar de serem um produto europeu, rapidamente se tornaram uma prática comum noutras partes do mundo, tendo na sua origem interesses diversificados.

Efectivamente, da Europa seguiram para os EUA, onde, em 1956, o Presidente Edwight D. Eisenhower, em conferência na Casa Branca, propôs o programa que denominou de “diplomacia pessoa a pessoa”. A sua intenção era envolver indivíduos e grupos organizados de todos os níveis da sociedade, na esperança de que o fomento de relações entre estados e cidades diminuísse a probabilidade de futuros conflitos no mundo. Estas relações tornaram-se também populares no Canadá.

Nos anos 60, as cidades japonesas começam a envolver-se com as cidades americanas e, nos anos 70, assiste-se ao estabelecimento de parcerias dos municípios japoneses com a China e o Leste Asiático (Afonso, 1998).

Todas estas formas de cooperação intermunicipal assentaram fundamentalmente em acções de diplomacia popular e de intercâmbio cultural, tendo sido importantes na promoção das relações humanas, apesar das motivações políticas e/ou, de cooperação económica, que estiveram na sua base.

Com a independência de um número significativo de Estados e a emergência do Terceiro Mundo no panorama internacional, assiste-se a uma alteração da natureza das acções de cooperação intermunicipal, passando a enfatizar o comércio, a ajuda e a política. São os anos 70 e 80, que enfrentam uma alteração das relações intermunicipais, tanto ao nível do destino como da natureza (Afonso, 1998).

A cooperação intermunicipal é, pois, uma vertente da cooperação internacional, promovida pelos e entre municípios e constitui uma das formas de CD. Estabelece-se através de laços de parceria entre municípios dos PD (Países Desenvolvidos) e dos PED

(Países em vias de Desenvolvimento), mediante uma relação de igualdade e reciprocidade. E trata de acordos estabelecidos entre dois ou mais municípios de curto ou longo prazo.

### **3.2.3 Tipos De Cooperação Intermunicipal**

A cooperação intermunicipal, enquanto tipologia da cooperação, compreende os municípios ou entidades equivalentes, que assumem a responsabilidade de assegurar uma participação activa em processos que promovam o desenvolvimento. Existem vários tipos de CIM, em que destacamos os seguintes:

a) Geminções: (...) as geminções entendidas enquanto parcerias permanentes, formalizadas mediante acordos entre as partes, reconhecidas oficialmente, entre dois (bilateral) ou mais municípios (multilateral) e que promovem a troca de conhecimentos e de experiências, podendo envolver diferentes sectores da sociedade civil (associações, ONG, outras organizações) (...) (Afonso, 1998)

A relação de geminação consiste em promover relações de amizade, intercâmbio e apoio mútuo. A geminação bilateral é o modo mais comum, podendo adoptar também a forma multilateral, isto é unindo vários parceiros, e formando uma rede de municípios.

b) Redes: São estruturas abertas, capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação. Servem para promover a troca de experiências.

Num amplo estudo sobre redes e as relações inter-organizacionais, Shaw (1999) destaca “*que a forma organizacional de rede depende das características, interesses e necessidades das organizações participantes, e que o objectivo da interacção entre actores e organizações sob essa forma de estruturação é uma tentativa de ampliar o número de parceiros, flexibilizar o seu funcionamento através das relações de cooperação, visando viabilizar interesses e projectos comuns*”. O autor destaca, ainda, que podem participar nas redes organizações que, devido às limitações de ordem dimensional, estrutural e financeira, não podem assegurar as devidas condições de sobrevivência e desenvolvimento.

A rede é cada vez mais idealizada como um fenómeno organizacional, democrático e participativo, no qual as relações na instituição caracterizam-se pela não hierarquização e pela não centralidade organizacional do poder. Esta tende sim à horizontalidade,

complementaridade e abertura de diversidade cultural. Em contrapartida, pode-se dizer que o desafio da coordenação em rede está relacionado com o facto de que as organizações actuam de acordo com lógicas, valores e normas de conduta próprias e, por outro lado, desejam conciliar acções visando alcançar um objectivo comum.

c) Protocolos de Colaboração/ Cooperação: “ (...) “*dão frequentemente lugar à transferência de conhecimentos realizada ao nível da cooperação técnica, tirando partido do desenvolvimento das capacidades e das actividades empreendidas pelo Poder Local. Este tipo de relacionamento pressupõe forte envolvimento do município e dos seus serviços técnicos ou especializados (...).*” (Afonso, 1998)

### **3.2.4 Factores que Determinam a Cooperação Intermunicipal**

Ao analisar a evolução da CIM, é necessário ter em conta alguns factores que a determinam. Quanto à origem, por vezes nem sempre é claro o factor que desencadeou uma geminação. Existem importantes factores que desencadeiam a CIM, como o passado colonial, as relações internacionais entre os vários países e a intervenção de terceiros. Quanto aos motivos para o estabelecimento da CIM, é importante salientar que cada caso é um caso, pelo que não podemos generalizar

Convém no entanto referenciar, que será viável para os municípios ou cidades que pretendam estabelecer acordos de geminação que se tenham em conta factores comuns e de interligação como sejam as questões geográficas, a complementaridade económica, solidariedade entre os povos e aspectos socioculturais.

### **3.2.5 Actores da Cooperação Intermunicipal**

Os actores da cooperação são entidades que se dedicam à promoção do desenvolvimento, ou seja, podem influenciar, financiar e implementar as políticas de cooperação que tenham por objectivo o desenvolvimento socioeconómico dos países, regiões e comunidades mais vulneráveis.

Dentre vários actores de cooperação existentes, destacamos os principais actores da Cooperação Intermunicipal que são:

I. As Câmaras Municipais - legitimadas para a celebração de cooperação e por serem os interlocutores privilegiados no âmbito dos programas bilaterais de cooperação, pela

experiência em domínios fundamentais da ajuda ao desenvolvimento, como sejam o ensino primário, as infra-estruturas, o saneamento básico ou a recuperação e conservação do património edificado (Barata, 2001).

II. As Associações - têm intervenções bastante marcantes na sociedade pois primam por defender políticas que vão de encontro ao respeito pelos direitos humanos, e mobilizam a consciência social no tocante à resolução de problemas sociais.

III. As ONG's (Organizações não-governamentais) - surgiram numa primeira fase para atender questões de emergência e, mais tarde, as de desenvolvimento.

IV. As ONGD – As Organizações não-governamentais para o Desenvolvimento abrangem diversas áreas de actuação, nomeadamente: desenvolvimento sustentável, comunitário, capacitação, micro-crédito, desenvolvimento rural segurança alimentar, educação para o desenvolvimento, formação técnica saneamento básico, cooperação descentralizada, direitos humanos. Estas áreas de acção podem ser divididas em três grupos: como sendo educação para o desenvolvimento, a cooperação para o desenvolvimento, a ajuda humanitária e de emergência.

## **4 Geminação**

### **4.1 Conceito da Geminação**

As geminações surgiram, precisamente no período pós II Guerra Mundial na Europa, pelo que este continente é considerado como o “pai das geminações”, onde as mesmas foram, e como já referido, concebidas e desenvolvidas com o sucesso que ainda hoje lhe é reconhecido. (Costa, Maria do Rosário, 2005,).

Foi, pois, após o período da II Guerra Mundial, que a cooperação internacional assumiu uma preponderância central para os países do continente europeu que se encontravam profundamente fragilizados ao nível das suas estruturas políticas e económico-sociais. A instabilidade e a dificuldade com que os países europeus se depararam dia após dia, levaram a que os mesmos fossem, progressivamente, consciencializando-se da ideia de que uma aproximação entre todos os povos seria a solução para a restituição da Europa.

Assim, quer a criação de uma nova ordem mundial, quer a reconciliação entre os Estados mais afectados com a II Grande Guerra, conduziram, igualmente, ao surgimento de uma importantíssima tipologia de cooperação - a cooperação intermunicipal. E com o intuito de promover a paz, a compreensão internacional, a amizade e a reconciliação entre os povos mais fragilizados num período de pós-guerra, procedeu-se à criação de geminações entre as cidades da Europa Ocidental (Ribeiro e Faria, 2009).

## **4.2 Evolução da Geminção**

De referir que o surgimento das geminações passou por três fases: a primeira advém dos anos 40 do século XX; a segunda desenvolveu-se em países da Europa do Leste com o acalmar da guerra-fria<sup>4</sup>; e na terceira fase, depois da década de 70, que enfatiza uma nova tendência, a de ajuda ao desenvolvimento, no sentido de canalizar ajudas a PVD em termos financeiros e materiais. Nesta vertente, pretende-se estabelecer e intensificar relações entre o Norte e o Sul.

Segundo Afonso, (1998) *“as geminações, sendo produto europeu, expandiram-se para outras partes do mundo através da rápida evolução das telecomunicações e dos sistemas de transporte; da crescente e rápida urbanização; da descentralização da administração pública; da reavaliação do papel do estado; da descentralização da cooperação para o desenvolvimento; da globalização e da localização; da heterogeneidade de mobilidade e migrações; e das mudanças em curso nos países em vias de desenvolvimento, em particular nos países africanos”*.

Assim, as geminações, rapidamente, se tornaram uma prática comum noutras partes do mundo, tendo na sua origem interesses diversificados, (Afonso 1998). A promoção deste novo movimento consistiu, em 1951, numa das prioridades do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE). O decénio seguinte, foi marcado por uma grande explosão do número e tipo de geminações.

As geminações em Portugal surgiram na década de oitenta, sendo na sua maioria estabelecidas entre municípios Portugueses e Europeus.

Posteriormente, com os processos de independências das colónias e a emergência dos países em vias de desenvolvimento no panorama internacional, as novas relações estabelecidas levaram à transposição das práticas de cooperação com estes novos países,

---

<sup>4</sup> Guerra fria é a expressão que define as relações entre os EUA e os seus aliados e o Bloco de Leste, no período pós-guerra, e que termina com a política de abertura iniciada por M. Gorbachev culminando no acto simbólico da queda do Muro de Berlim, em 1989.

passando a enfatizar-se o comércio, a ajuda e a política. Foi nos anos 70/80 que se alteram as relações intermunicipais tanto ao nível do destino quanto da sua natureza.

Para (Ribeiro e Faria 2009), “as geminações são acordos que visam trocar conhecimentos e concretizar actividades, projectos ou programas, com uma perspectiva de médio e longo prazo. Por exemplo, promovem relações económicas e culturais associadas às forças vivas dos dois municípios, com o intuito de dinamizar e transmitir o espólio cultural, promover encontros desportivos e intercâmbios de jovens, movimentando directamente a sociedade a participar nestas ligações, reforçando e mantendo uma cultura que, em parte, lhes é comum”.

A relação de geminação consiste, pois, em promover relações de amizade, intercâmbio e apoio mútuo.

Para (Villiers 2005), as geminações são impulsionadas pela força da globalização e da descentralização, e têm como objectivo o aumento da aprendizagem, da competitividade, da partilha de objectivos a movimentação de parceiros para a realização de um objectivo estratégico de longo prazo. Implicam um comprometimento de recursos e de tomada de decisão conjunta, visam criar vantagens para as partes envolvidas e podem ligar-se a mais do que dois parceiros levando à formação de organizações em rede.

Assim, as geminações enquanto tipo de CIM parecem perdurar no tempo e no espaço, estendendo-se, note-se, até ao cenário actual, muito diferente do contexto em que se desenvolveu (o conturbado pós II Guerra Mundial), pautado por fenómenos como a globalização, o desenvolvimento tecnológico, entre muitos outros...é -nos possível então ler que esta forma de CIM pode vir a assumir “ (...) um dos mais importantes apoios descentralizados para o fomento da aproximação humana, do conhecimento mútuo e das atitudes de simpatia, sem os quais a Europa económica e consequentemente, a das instituições ou a da defesa comum, não se concretizariam. (Costa 2005).

Os acordos de geminação entre municípios e cidades, regem-se pelos princípios de reciprocidades de vantagens, cooperação, igualdade, respeito mútuo, celeridade das negociações e da transparência.

Segundo Basílio Ramos<sup>5</sup> (Presidente da Câmara Municipal do Sal 1999) “*é facto assente que a mera assinatura de um protocolo de geminação ou de cooperação não é a garantia segura de que na prática vai mesmo existir uma dinâmica que se traduza em actos concretos que venham a beneficiar o desenvolvimento. O sucesso de uma geminação implica que, para além das relações institucionais entre órgãos autárquicos, entre os seus principais protagonistas ou mentores, sobretudo durante os primeiros tempos, se cultive estreitos laços de amizade. Diria mesmo uma certa cumplicidade na materialização do projecto. O conhecimento mútuo e a vontade comum de desenvolver as relações de cooperação é a pedra de toque para o sucesso*”.

*Para Miguel Ramos<sup>6</sup> - “Os acordos de geminação e outras formas de cooperação entre os Municípios, Associações de Municípios e as suas congéneres estrangeiras, organizações regionais e sub-regionais, têm constituído um poderoso instrumento para o Poder Local. Recursos humanos, técnicos e financeiros têm sido postos à disposição de todos os Municípios, através dessas iniciativas”.*

## **CAPÍTULO III**

### **5 CABO VERDE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Cabo Verde, oficialmente República de Cabo Verde, é um país insular, arquipelágico, formado por dez ilhas vulcânicas, localizado na região central do Oceano Atlântico. Acerca de 570 quilómetros da costa da África Ocidental, as ilhas cobrem uma área total de pouco mais de 4.000 quilómetros quadrados.

Os exploradores portugueses descobriram e colonizaram as ilhas desabitadas no século XV, o primeiro assentamento europeu nos trópicos. Idealmente localizado para o comércio de escravos no Atlântico, o arquipélago prosperou e muitas vezes chegou a atrair corsários e piratas, entre eles, Sir Francis Drake, na década de 1580. As ilhas também foram visitadas pela expedição de Charles Darwin em 1832.

#### **5.1 Relações Internacionais**

Nos finais dos anos 60 e início dos anos 70, a descolonização atingiu o seu apogeu e várias antigas colónias tornaram-se independentes. Tendo em vista conservar os benefícios da antiga associação com a Europa, estes novos países estabeleceram vários acordos de cooperação, tais como ajuda financeira, acesso preferencial ao mercado europeu e ajuda técnica, dando, assim, origem à política de cooperação para o desenvolvimento por parte da Comunidade Europeia com os novos Estados.

---

<sup>5</sup> Basílio Ramos- Actual Presidente da Assembleia Nacional

<sup>6</sup> Autor do compendio - Direito das Autarquias Locais

Foi entre estes novos Estados que, mais tarde, na década de 70, surgiu um novo país independente – Cabo Verde –, que tinha sido um território de grande importância para Portugal, devido à sua posição estratégica.

De recordar que, conforme Aristides Pereira<sup>7</sup> (2005,) Cabo Verde “tinha sido o local onde, quando Vasco da Gama estava a caminho da Índia, atracou para se abastecer, tal como viria a acontecer com Pedro Álvares Cabral a caminho do Brasil”.

Para além destes dois navegadores, muitos outros tiveram que fazer escala em Cabo Verde nas suas viagens. Pode-se mesmo afirmar que as passagens no arquipélago eram obrigatórias e que, devido à sua posição estratégica, Cabo Verde foi chamado a exercer, desde o princípio do avanço português em direcção à parte meridional da África, a função de placa giratória no âmbito do abastecimento dos navios.

Assim, Cabo Verde teve uma grande importância no seguimento das viagens para o Sul, posicionando-se, segundo Lopes (2003, p.36) como “porto de escala obrigatória para os navios que sulcavam o Atlântico”.

Tendo por base as encruzilhadas da sua História, este pequeno país insular, devido à sua posição geográfica e à precariedade de recursos endógenos, foi fomentando, desde muito cedo, uma grande abertura ao exterior. Enfim, desde a sua descoberta no *“século XV por navegadores portugueses, povoada por gentes vindas, principalmente, de África e, em menor grau, da Europa, as ilhas de Cabo Verde vão ter a sua vida sempre marcada pelo contacto com o exterior”* (Lopes,).

Não admira, por isso, que Cabo Verde, na fase pós-independência, se tenha tornado numa Nação aberta ao Mundo por diversos factores, nomeadamente, pela sua História, pela sua condição atlântica na encruzilhada de rotas e de civilizações, pela exposição da sua economia ao exterior, pela sua cultura multifacetada e pela presença ou peso de uma numerosa diáspora espalhada pelos diversos cantos do Mundo.

De facto, estes parâmetros moldaram sempre a política externa cabo-verdiana, uma política externa à medida de um país pequeno e insular, orientada para o desenvolvimento, para a paz, para a segurança e estabilidade.

---

<sup>7</sup> Foi o Primeiro Presidente da República de Cabo Verde (1975-1991)



Na verdade se, desde o seu povoamento, Cabo Verde sempre dependeu do exterior para a sobrevivência dos que nela habitam, na actualidade, esta relação verifica-se, devido à necessidade que o país tem e ao facto de os Estados, sobretudo os insulares, não poderem assegurar a sua sobrevivência, isoladamente.

Neste quadro, conforme Romana (1997) afirma, para as pequenas “ilhas- Estados” em vias de desenvolvimento “a cooperação e a ajuda internacional representam uma componente fundamental no atenuar das vulnerabilidades Socioeconómicas e políticas e na criação de condições mínimas para a adopção de uma estratégia de desenvolvimento sustentado” e Cabo Verde, como um Estado insular e padecedor desta condição, não foge a esta realidade.

Realmente, como afirma Cardoso (2002,) “Cabo Verde é um dos países cuja viabilidade e desenvolvimento depende em grande medida da ajuda externa”<sup>8</sup> Assim, a cooperação para o desenvolvimento adquiriu, desde muito cedo, um papel importante no desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde. Presentemente, a APD<sup>9</sup>, juntamente com as transferências privadas, constituem o elemento mais importante para o progresso conseguido pelo país.

Realmente, Cabo Verde é um país que vive essencialmente da ajuda externa que, desde a sua independência em 1975, tem permitido ao país projectar o seu desenvolvimento e caminhar nesse sentido. Ora, como Cabo Verde depende economicamente do exterior, a sua política externa tem em conta essa necessidade e o país vai à procura de novos parceiros e de novas formas de financiamento público e privado, de forma a atenuar os custos decorrentes da sua vulnerabilidade e da sua orografia.

Assim, Cabo Verde segue uma política de não-alinhamento e busca relações de cooperação, com os Estados amigos: Angola, Brasil, China, Cuba, França, Alemanha, Portugal, Espanha, Senegal, Rússia, Luxemburgo e Estados Unidos que

---

<sup>8</sup> Cf. Cardoso (2002). A cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde nos anos 90. Cooperação bilateral e multilateral com a ilha de Sto. Antão. In Caderno de Estudos Africanos. N.º.3. Julho/Dezembro de 2002. Problemáticas Políticas em África. Lisboa: Centro de Estudos Africanos - ISCTE, p. 141.

<sup>9</sup> Ajuda publica ao Desenvolvimento

mantêm embaixadas na cidade da Praia. O país está, altivamente, interessado em assuntos externos, especialmente na África.

Tradicionalmente, as relações internacionais, artigo 11º CRCV, “têm sido vistas como uma área de soberania dos Estados”. A nossa Constituição reconhece este princípio básico e fundamental de relação Estado/Estado na ordem internacional, regendo-se pelos princípios da não ingerência e igualdade entre os Estados: paz, amizade e cooperação entre os povos.

Em especial, a Constituição dá um enfoque particular aos laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua oficial portuguesa e com os países de acolhimento de emigrantes cabo-verdianos.

O Ministério das Relações Exteriores, Cooperação e Comunidades é o departamento governamental a quem compete propor, coordenar e executar a política externa de Cabo Verde, na vertente da Cooperação Internacional, conforme dispõe o Decreto – Lei n.º 26/2001, de 19 de Novembro, que define a sua estrutura orgânica.

É a estrutura do Governo competente para se relacionar directamente com outros Estados ou Organizações Internacionais, bem como com os respectivos representantes. Participa em todas as negociações entre o Estado de Cabo Verde e outros Estados ou organismos estrangeiros internacionais, no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, multilateral, bilateral ou descentralizada.

Paralelamente, apoia e acompanha as relações de cooperação descentralizada, devendo as entidades públicas que nelas tomam parte articular-se com ele e fornecer-lhe informação regular sobre o estágio dessas mesmas relações.

A nível das estruturas centrais do Ministério, a actual lei orgânica conferiu à Direcção Geral da Cooperação Internacional a tarefa de acompanhar todas as formas de cooperação, nomeadamente a descentralizada.

*“Com críticas no que tange à deficiente articulação com os diversos organismos que participam na cooperação, os Municípios e as ONGs esperam que, de agora em diante, haja uma maior sincronia com vista a facilitar o conhecimento mútuo e aproveitamento das oportunidades oferecidas pelos nossos parceiros, o que nem sempre tem acontecido”.* (Miguel Ramos 2002)

O Governo cabo-verdiano tem relações bilaterais com alguns países lusófonos e detém participação numa série de organizações internacionais. Também participa em conferências internacionais sobre questões económicas e políticas. Desde 2007, Cabo Verde tem um estatuto de parceria especial com a União Europeia no âmbito do Acordo de Cotonou<sup>10</sup> e poderá solicitar adesão especial.

Nas suas relações com o exterior e em articulação com os planos nacionais, Cabo Verde beneficia de diversas contribuições oriundas da União Europeia, no âmbito das Convenções de Lomé<sup>11</sup> e Cotonou e atribuídas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento<sup>12</sup> (FED), pelo Banco Europeu de Investimento <sup>13</sup> e, bilateralmente pelos próprios Estados membros, com o objectivo de apoiar o país no seu processo de desenvolvimento.

Cinco séculos depois da sua descoberta, Cabo Verde enfrenta agora o desafio do progresso e do crescimento (Desenvolvimento Médio e Organização Mundial do Comercio). No contexto presente de estabilidade e paz social, o país goza de credibilidade junto de governos, empresas e instituições internacionais, o que contribui para o relançamento da sua economia e, consequentemente, para o progresso da nação.

---

<sup>10</sup> Este acordo foi assinado na capital do Benim entre a Comunidade Europeia e os países ACP, substituindo a Convenção de Lomé IV, que esteve em vigor até 29 de Fevereiro de 2000. Este acordo assentasse em 5 pilares: o diálogo político permanente, a participação da sociedade civil, a redução da pobreza, um novo quadro comercial e a reforma da cooperação financeira. Ver: [http://europa.eu.int/comm/development/cotonou/index\\_fr.htm](http://europa.eu.int/comm/development/cotonou/index_fr.htm)

<sup>11</sup> Convenções de Lomé é o acordo comercial assinado em 1975 entre a União Europeia e os países ACP, que vigorou até à assinatura do acordo de Cotonou

<sup>12</sup> É um instrumento financeiro da Comissão Europeia cuja finalidade é a ajuda para o desenvolvimento económico das regiões deprimidas

<sup>13</sup> A sua missão é contribuir para o desenvolvimento equilibrado da comunidade através da integração económica e da coesão social.

## 5.2 DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL À COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

### 5.3 Caracterização Política

Após a independência, em 5 de Julho de 1975, a formação do Estado foi obra do Partido Africano de Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde PAIGC<sup>14</sup> facção que conduziu toda a luta de independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. O PAIGC administrou Cabo Verde até 1981, data em que houve um golpe de estado na Guiné-Bissau que destituiu Luís Cabral. Em consequência deste golpe de estado houve uma fragmentação no interior do PAIGC originando assim, a divisão dos países. Assim, a partir desta data, Cabo Verde passou a ser governado pelo Partido Africano de Independência de Cabo Verde «PAICV»<sup>15</sup>, mantendo-se, no entanto, o regime de partido único.

A manutenção do PAICV no poder foi de quinze anos ficando conhecido como um regime de partido único de orientação socialista, na medida em que não era permitida a existência de outros partidos políticos. O PAICV defendia que a sua acção tinha como prioridade criar as bases para o desenvolvimento do país, particularmente nas áreas de educação, saúde e infra-estruturas.

Segundo Monteiro, O regime de partido único, “não foi uma ideologia” mas sim, “uma opção para os líderes africanos se perpetuarem no poder por analogia com a tradição africana em que o poder estava centralizado no rei, no régulo ou soba e sua corte”, realidade que, no entanto, nunca se verificou em Cabo Verde, devido ao facto de nunca ter existido um rei no arquipélago.

Importa salientar que dos cinco PALOP, “Cabo Verde era o que apresentava melhores resultados em termos de governação” e, era aquele que, “à partida, em 1975, menos

---

<sup>14</sup> O PAIGC foi fundado em 1956, em Bissau, teve como objectivos a “luta (não armada) pela independência do território de Cabo Verde e da Guiné- Bissau ”, contra o regime colonialista, tendo sido constituído por cabo-verdianos e guineenses, “a direcção do PAIGC em Cabo Verde decidiu que os dois territórios deviam prosseguir uma existência separada até serem criadas as condições para a formalização de uma federação com a Guiné- Bissau”.” (Costa e Falé, 1992:87).

<sup>15</sup> PAICV O Partido Africano da Independência de Cabo Verde, é um ex-partido socialista e, atualmente, um partido político social-democrata em Cabo Verde. Os seus membros são apelidados de tambarina, e identificam-se com a cor amarela e a estrela negra.

condições de sobrevivência política e económica tinha” (Lopes, 2003,) ao ponto de, aquando da independência, os observadores não darem a Cabo Verde mais de meio ano de vida.

Com as mudanças na política a nível mundial, impulsionadas, sobretudo, pela queda do Muro de Berlim e pela ascensão ao poder de Mikhail Gorbatchev, na ex-URSS, deu-se início a uma generalização do processo de democratização dos países africanos, a partir de 1990.

Perante esta nova conjuntura, aconteceu em Cabo Verde a abertura política, situação que veio originar o surgimento de novos partidos políticos, com principal destaque para o Movimento para a Democracia MpD<sup>16</sup> liderado por Carlos Veiga<sup>17</sup>. Desse modo, surgiu um novo actor político no cenário nacional.

Segundo Pinto (2009), *“um dos momentos determinante nesse processo foi a visita do Papa João Paulo II a Cabo Verde em 25 de Janeiro de 1990” porque foi após esse evento que o Conselho Nacional do PAICV decidiu enveredar pela via do multipartidarismo*<sup>18</sup>. Contudo, para este autor, *“convém não confundir a abertura ao multipartidarismo com a democracia” uma vez que, “de facto, se não há democracia sem multipartidarismo, não é menos verdade que a existência de multipartidarismo não se assume como condição suficiente para a instauração da democracia”*.

Neste quadro, depois de 15 anos de regime de partido único, o processo de democratização de Cabo Verde foi encetado em Fevereiro de 1990, com uma declaração política a que se seguiu uma grande movimentação popular.

Assim, as primeiras eleições democráticas multipartidárias em Cabo Verde foram efectuadas no dia 13 de Janeiro de 1991, após várias negociações entre os dois partidos, o PAICV – o partido no poder – e o MpD – a oposição.

A 2 de Novembro de 1990, o MpD, presidido por Carlos Veiga, realizou a sua primeira Convenção e seria esta nova formação política que viria a ganhar as primeiras eleições

---

<sup>16</sup> MPD O Movimento para a Democracia (MpD) é um partido liberal centrista, criado a 14 de Março de 1990. Depois da Assembleia Nacional rever a Constituição e instituir o pluralismo partidário, o MpD é reconhecido oficialmente como partido.

<sup>17</sup> Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga, estadista, governante, político, docente universitário, jurista e advogado, nasceu a 21 de Outubro de 1949, na Cidade do Mindelo, na Ilha de São Vicente, em Cabo Verde. Fez os estudos secundários na cidade da Praia e depois partiu para Portugal onde, em 1971, fez a Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

<sup>18</sup> sistema político que admite a existência legal de vários partidos.

legislativas realizadas a 13 de Janeiro de 1991, com 62% dos votos e 56 dos 79 assentos parlamentares.

Como resultado desta eleição, o PAICV saiu, nitidamente derrotado, chegando, assim, ao fim o período do partido único, iniciado em 1975.

Com esta nova conjuntura política, iniciou-se o sistema pluripartidarismo<sup>19</sup>, marcado pela conquista dos direitos, principalmente, de liberdade de expressão e de imprensa, liberdade de associação, de manifestação e do direito à greve.

Ainda em 1991, a 15 de Dezembro, foram realizadas as primeiras eleições autárquicas multipartidárias.

Mais tarde, em 1992, a Assembleia Nacional aprovou uma nova Constituição que estabeleceu o Estado de Direito Democrático e instituiu um regime de Democracia Parlamentar Pluralista, tendo como órgãos da soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais.

Também nessa mesma década, alguns partidos que já tinham existido, ganharam alguma força e visibilidade, como a União Cabo-verdiana Independente e Democrática UCID<sup>20</sup> e surgiram, também, outros partidos políticos como o Partido Social Democrático PSD o Partido da Convergência Democrática PCD<sup>21</sup> e o Partido da Renovação Democrática PRD<sup>22</sup> sendo que estes dois últimos surgiram devido às divergências ocorridas no interior do MpD.

Posteriormente, depois de ter cumprido dois mandatos, num total de 10 anos, o MpD foi derrotado nas eleições de 2001 pelo PAICV, o então principal partido da oposição, liderado, por José Maria Neves.

---

<sup>19</sup>Pluripartidarismo, também conhecido como sistema pluripartidário ou multipartidário, é um sistema político no qual três ou mais partidos políticos podem assumir o controle de um governo, de maneira independente, ou numa coalizão.

<sup>20</sup> UCID A União Cabo-verdiana Independente e Democrática existe desde 1977 e começou a sua actividade na Holanda. Assume-se como um partido político de inspiração cristã, que promove e defende uma sociedade justa, equilibrada e harmoniosa, fundamentada numa democracia política, social, económica e cultural sob a égide de um Estado de Direito.

<sup>21</sup>Em 1994, Eurico Monteiro, uma das figuras mais importantes do MpD, em cisão com o partido cria o PCD (Partido da Convergência Democrática). Popular Democrata

<sup>22</sup> (Partido da Renovação Democrática), partido da esquerda, nascido, em 2000, da ruptura com o MpD

Nesta eleição, o PAICV alcançou a maioria absoluta<sup>23</sup> no Parlamento, com 42 deputados, sendo que o MpD ficou com 30 deputados, totalizando 72 deputados, que compõem o Parlamento cabo-verdiano, uma das marcas da nítida bipolarização política do arquipélago.

Em Janeiro e Fevereiro de 2006, foram realizadas eleições legislativas e presidências nas quais o PAICV venceu com a maioria absoluta e o candidato presidencial por si apoiado, Pedro Pires, foi reeleito Presidente da República.

Em 2011 o PAICV, renovou a maioria absoluta alcançada em 2006, que elegeu 38 dos 72 deputados à Assembleia Nacional, renovando a maioria absoluta, contra 32 do Movimento para a Democracia (MpD) e dois da União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID).

No próximo ano, em 2016, os cabo-verdianos serão chamados novamente as urnas, para elegerem novos governantes. Será um ano muito importante, em que irão escolher os seus novos representantes a nível nacional e autárquico, para além do Presidente da República.

Tendo em conta a Constituição do país que vigora desde Setembro de 1992, Cabo Verde é uma República Democrática Multipartidária, na qual o Presidente da República é o Chefe de Estado. Cabo Verde é, ainda, uma República Parlamentar, marcada pela estabilidade relacional entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República, e com alguma descentralização interna a nível autárquico.

Assim, Cabo Verde pode ser politicamente caracterizado, como um Estado de sucesso. A boa governação foi usada como uma visão concertada e consensual de transformação do país, no sentido do estabelecimento de uma sociedade dinâmica, fundada no desenvolvimento dos recursos humanos, de modo a beneficiar-se das oportunidades proporcionadas pela globalização.

---

<sup>23</sup> O parlamento diz-se que tem maioria absoluta, já que a soma dos deputados dos outros partidos não chega a 50%

Após ter analisado a evolução política da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, Pinto (2009,) afirma, embora com algumas cautelas, que entre estas três realidades pós-coloniais, talvez apenas “Cabo Verde, possa reivindicar o estatuto de País democrático”.

No contexto Africano, Cabo Verde tornou-se uma sociedade democrática de referência, caracterizada por alternâncias políticas sem fricções.

### **5.3.1 Institucionalização do Poder Local em Cabo Verde**

#### **Legislação Enquadramento Geral**

A República de Cabo-Verde distingue-se no seio dos PALOP pelo seu percurso pós independência, ou seja, “é o exemplo acabado de como, por vezes, os pequenos países conseguem superar o seu reduzido tamanho físico, suplantando-o em termos de prestígio internacional” (Costa e Falé, 1992:85). A 5 de Julho de 1975 foi declarada a independência de Cabo-Verde<sup>24</sup>, e neste mesmo dia foi aprovada a Lei Orgânica sobre a Organização Política do Estado<sup>25</sup> (texto constitucional provisório), que estabeleceu o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), como “a força política dirigente da sociedade e do Estado” (Pinto, 2000:457). Deste modo, o sistema político de partido único foi imposto, assentando num modelo de economia planificada.

A primeira Constituição da República de Cabo Verde foi promulgada a 7 de Outubro de 1980<sup>26</sup>, tendo sido objecto de uma primeira revisão em 1981<sup>27</sup>, a qual eliminou todas as referências à união com a Guiné-Bissau (Costa e Falé, 1992:99- 100), e consagrou o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), como “a força política dirigente da sociedade e do Estado”<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> Cf. Preâmbulo da Constituição da República de Cabo Verde de 1980 (doravante CRCV), “a 5 de Julho de 1975.

<sup>25</sup> Esta Lei que entrou imediatamente em vigor, manteve a sua vigência até ser substituída pela Constituição da República de 1980 (AUCEDA, 1983:38).

<sup>26</sup> A Constituição sofreu várias revisões. Sobre esta matéria v., por exemplo, Costa e Falé (1992:85-101) Araújo (2000:71-80) e Gouveia (2000:401-522).

<sup>27</sup> Consagrada através da Lei n.º 2/81, de 14 de Fevereiro de 1981 (AUCEDA, 1983:41-42).

<sup>28</sup> Cf. n.º 1 do artigo 4.º da CRCV (AUCEDA, 1983:44). Este novo contexto político teve a sua origem no golpe de Estado realizado em Novembro de 1980, na Guiné-Bissau que destituiu o então presidente Luís Cabral, e o substituiu por João Bernardo “Nino” Vieira. Este “revelou-se hostil à integração da Guiné-



Em Janeiro de 1991, realizaram-se as primeiras eleições legislativas multipartidárias<sup>29</sup> da África lusófona (Silvestre, 1994:21), e em Fevereiro do mesmo ano as eleições presidenciais<sup>30</sup>.

No sentido de materializar, formalmente, as profundas mudanças políticas operadas no país<sup>31</sup>, foi promulgada uma nova Constituição<sup>32</sup> em 1992, que representou uma ruptura com a ordem política e constitucional então vigente (Graça, 1999:37).

“Dispôs que a República de Cabo Verde é um Estado de direito democrático<sup>33</sup> assente na vontade popular tendo “como objectivo fundamental a realização da democracia económica, política, social e cultural e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária”.

Os órgãos do Poder Local têm assento num processo de descentralização administrativa iniciado em 1975, através da institucionalização e implantação dos Conselhos Deliberativos, definidos como “órgãos do poder local descentralizado, e garantes da participação da população, na administração dos seus interesses específicos”<sup>34</sup>.

Posteriormente, no âmbito de um conjunto de medidas de reforço dos meios das comunidades descentralizadas, destaca-se a da reforma das finanças locais, promulgada através do Decreto-Lei n.º 41/80, de 14 de Junho”<sup>35</sup>.

A Constituição de 1980, tendo tido o mérito de introduzir a expressão “poder local”, não deu qualquer contributo relevante para a sua instituição e para uma definição material da descentralização e da autonomia local. Pelo contrário o uso que dela foi feito pelo legislador ordinário, assentou, essencialmente, no vincar da perspectiva que os órgãos do poder local “fazem parte do poder estatal unitário. Baseada na participação popular, apoia-se na iniciativa e capacidade criadora das comunidades locais e actuam em

---

Bissau com Cabo Verde”, tendo a ala cabo-verdiana do PAIGC em congresso extraordinário, reafirmado “o seu apoio aos princípios preconizados por Amílcar Cabral”, e decidido alterar a designação do partido. Assim, a 20 de Janeiro de 1981 nasceu o PAICV (Costa e Falé, 1992:88).

<sup>29</sup> Segundo Ramos, estas eleições pluralistas “deram origem a um novo quadro político-institucional e, consequentemente, mudança na orientação de política económica em Cabo Verde, ou seja, a redução do peso do Estado na economia e criação de uma economia de mercado de base privada”. (1998:10,25).

<sup>30</sup> Cf. Preâmbulo da CRCV (M.A.I., 1995b:14).

<sup>31</sup> Cf. Preâmbulo da CRCV (M.A.I., 1995b:14).

<sup>32</sup> Texto publicado no suplemento ao BO, 1.ª Série, n.º 12, de 25 de Setembro de 1992 (M.A.I., 1995b: 13- 109).

<sup>33</sup> Cf. n.º 1 do artigo 2.º da CRCV (M.A.I., 1995b:15).

<sup>34</sup> Cf. n.º 1 do DL n.º 41/80, de 14 de Junho. Ainda de acordo com este diploma os Conselhos Deliberativos foram criados através do Decreto-Lei n.º 58/75

<sup>35</sup> Cf. n.º 1 do artigo 1.º da Lei *supra*.

estreita coordenação com as organizações de massas e outras organizações sociais”, organizando-se “essencialmente através das autarquias locais”<sup>36</sup>.

Como Pereira assinala, está-se perante “a institucionalização de uma autonomia dependente de um poder local estatizado”<sup>37</sup> (1997c:200).

Mais tarde, num quadro de reforço da autonomia autárquica e da democracia participativa foi proclamada a Lei n.º 47/III/89, de 13 de Julho<sup>38</sup> - a Lei de Bases das Autarquias Locais<sup>39</sup>. Estipula que as “Autarquias Locais são pessoas colectivas de direito público, dotadas de autonomia e de órgãos representativos eleitos, pelas populações respectivas”, e que em “Cabo Verde são autarquias locais os Municípios e outras colectividades de base territorial instituídas, a nível inferior, por lei”<sup>40</sup>.

As regras orientadoras da organização e funcionamento dos Municípios foram estabelecidas através do Decreto-Lei n.º 52-A/90, de 4 de Julho<sup>41</sup>.

Define que “o município é uma pessoa colectiva de direito público, que tem por circunscrição territorial o concelho, dotada de autonomia e de órgãos representativos eleitos, nos termos da lei”<sup>42</sup>, fundando-se no princípio da descentralização<sup>43</sup>.

O Município tem como órgãos “a Assembleia Municipal, Concelho Municipal e o Presidente do Concelho Municipal”<sup>44</sup>. De entre as competências da Assembleia Municipal, destaca-se a de “autorizar a participação do município em associação intermunicipal e a celebração de *acordos de geminação*”<sup>45</sup>.

---

<sup>36</sup> Cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 88.º da CRCV .

<sup>37</sup> Como comprovado neste texto constitucional através da inserção do capítulo IV, que dispõe sobre o poder local, em sede do Título III, de epígrafe “Dos órgãos do poder do Estado”.

<sup>38</sup> Publicada no *BO da República de Cabo Verde*, Suplemento, n.º 27, de 13 de Julho de 1989.

<sup>39</sup> Cf. Preâmbulo da Lei *supra* .

<sup>40</sup> Cf. n.º 2 e n.º 3 do artigo 1.º da Lei *supra* . Segundo o n.º 1 do artigo 6.º .

<sup>41</sup> Publicada no *BO da República de Cabo Verde*, Suplemento, n.º 26, de 4 de Julho de 1990. Rectificado através do *BO da República de Cabo Verde*, n.º 36, de 8 de Setembro de 1990, tendo sido alterada a redacção de alguns artigos através do DL n.º 123/91, de 20 de Setembro de 1991 (SEAI, 1991:23-24).

<sup>42</sup> Cf. artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 52-A/90, de 4 de Julho

<sup>43</sup> Cf. artigo 3.º da Lei *supra* “o município funda-se no princípio da descentralização, que reconhece a competência e a responsabilidade da colectividade organizada para ocupar-se de tudo quanto respeite aos interesses da respectiva comunidade e não esteja expressamente reservado a outras entidades públicas”.

<sup>44</sup> Cf. o n.º 1 do artigo 28.º da Lei *supra*.

<sup>45</sup> Cf. alínea s) do n.º 2 do artigo 43.º da Lei *supra*

Seguidamente, foi aprovada – a nova Lei das Finanças Locais – Decreto-Lei n.º 101-O/90, de 23 de Novembro<sup>46</sup>, tendo subjacente “para além duma justa repartição dos recursos financeiros pelo Estado e pelos municípios e da correcção necessária das desigualdades entre os mesmos (...) a preocupação de que os municípios possam gerar um máximo de receitas próprias”<sup>47</sup>.

Um momento histórico para o poder local foi a realização, a 15 de Dezembro de 1991, das primeiras eleições autárquicas multipartidárias<sup>48</sup> (Costa e Falé, 1992:90-91), passando os órgãos municipais a ter legitimidade popular (Rocha, 1997). As segundas eleições autárquicas realizaram-se em 1996 (Pereira, 1997c:206).

É na Constituição de 1992 que o poder local democrático é de forma autónoma consagrado, rompendo definitivamente com o modelo anterior (Pereira, 1997c:203). Determina que “a organização do Estado compreende a existência de *autarquias locais*”, definindo-as como “pessoas colectivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos das respectivas populações, que prosseguem os interesses próprios destes”<sup>49</sup>. As categorias das autarquias locais “são os *municípios*, podendo a lei estabelecer outras categorias autárquicas superiores ou inferiores à circunscrição territorial do município”<sup>50</sup>, tendo “finanças e patrimónios próprios”<sup>51</sup>. Destaca-se o princípio de solidariedade inter-autárquica (Pereira, 1997c:204), promovido pelo Estado, de acordo com as particularidades de cada autarquia e “tendo em vista a redução das assimetrias regionais e o desenvolvimento nacional”<sup>52</sup>.

---

<sup>46</sup> Publicado no *BO da República de Cabo Verde*, 2.º Suplemento, de 23 de Novembro de 1990. Este diploma revoga o Decreto-Lei n.º 41/80, de 14 de Junho de 1980.

<sup>47</sup> Cf. Preâmbulo do DL n.º 101-O/90, de 23 de Novembro.

<sup>48</sup> Tendo na base a Lei Eleitoral Municipal-Lei n.º 48/III/89, de 13 de Julho, publicada no *BO da República de Cabo Verde*, Suplemento, n.º 27, de 13 de Julho de 1989. Esta sofreu alteração na redacção de alguns artigos através do DL n.º 122/91, de 20 de Setembro de 1991 (SEAI, 1991:95-96). Segundo Costa e Falé, nestas primeiras eleições autárquicas multipartidárias, o “MPD conquistou oito das catorze câmaras municipais do país (Praia, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, São Nicolau, Ribeira Grande, Porto Novo e Brava). Por sua vez o PAICV conquistou duas câmaras (Boavista e Fogo), enquanto os movimentos independentes conquistaram quatro câmaras” (1992:91).

<sup>49</sup> Cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 252.º da CRCV. Destaca-se ao nível dos direitos de exercício da cidadania o disposto no n.º 4 do artigo 23.º “aos estrangeiros e apátridas residentes no território nacional poderá ser atribuída por lei capacidade eleitoral activa e passiva para eleições dos titulares dos órgãos das autarquias locais” (M.A.I., 1995b:23,90).

<sup>50</sup> Cf. artigo 253.º da CRCV. De acordo com Pereira, “ao contrário do modelo proposto pelo PAICV, a Constituição apenas consagra uma categoria de autarquias locais, os municípios” (1997c: 204).

<sup>51</sup> Cf. n.º 1 do artigo 255.º da CRCV.

<sup>52</sup> Cf. n.º 1 do artigo 254.º da CRCV. De acordo com o seu n.º 2.

A Constituição passa por nova revisão em 1999<sup>53</sup>, mas o articulado sobre o PODER LOCAL não sofreu significativas alterações. Destas, realça-se o facto das autarquias ao nível do património e finanças poderem “dispor de poderes tributários, nos casos e nos termos previstos na lei”<sup>54</sup>.

Fazendo um balanço dos sete anos de PODER LOCAL Democrático, o Presidente da Câmara Municipal da Praia<sup>55</sup>(1998), nota que “*os municípios cabo-verdianos têm funcionado como os principais dinamizadores do desenvolvimento local*”, tendo “*sido factores incontornáveis do processo global do desenvolvimento do país*”. O exercício administrativo local registou alterações profundas em vários domínios, como por exemplo, no da cooperação para o desenvolvimento, através das geminações e da cooperação descentralizada e no da promoção de actividades económicas, pela via da atracção do investimento privado, nacional e internacional”.

Contudo, há que lançar as bases de um poder local do século XXI, que passa por um conjunto de medidas a adoptar, de que se releva a de “adequação do normativo jurídico que garanta a participação activa dos municípios na promoção de actividades económicas e na intervenção nas questões sociais de relevante interesse para o futuro do país”.

Assim, os municípios enquanto entidades públicas territoriais e político-administrativas, constituem a esfera da organização do poder do Estado que melhor tem respondido aos problemas das populações, pelo que, neste século XXI, o Poder Local que é “uma das criações mais genuínas da nossa democracia”, deverá reflectir o “desejo e a convicção de todos nós: Governo, Municípios e a sociedade civil” (Santos, 1999).

### 5.3.2 Lei-quadro da Descentralização

Lei-quadro da descentralização, ‘uma das prioridades de forma a clarificar os limites, formas e mecanismos a seguir na transferência de novas atribuições para os Municípios’;

O Município tem liberdade de exercer a cooperação descentralizada, ou seja, “pode estabelecer livremente relações de *geminção* e de cooperação com municípios de

---

<sup>53</sup> Sobre este texto constitucional v., Gouveia (2000:401-522).

<sup>54</sup>Cf. n.º 3 do artigo 229.º da CRCV (Gouveia, 2000:498). De que é reflexo o DL n.º 22/2000, de 22 de Maio, que regula a transferência para as Câmaras Municipais das competências para a administração dos impostos municipais, publicado no *BO da República de Cabo Verde*, I Série, n.º 15, de 22 de Maio de 2000.

<sup>55</sup> De nome Jacinto Santos e, também, Presidente da Associação Nacional de Municípios Cabo-verdianos.

países estrangeiros com os quais Cabo Verde mantém relações diplomáticas e com organizações não-governamentais reconhecidas em Cabo Verde”<sup>56</sup>.

Constituem suas atribuições “tudo que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas”, sobretudo: a administração de bens, o planeamento, o saneamento básico, o desenvolvimento rural, a saúde, a habitação, os transportes rodoviários, a educação, a promoção social, a cultura, o desporto, o turismo, o ambiente, o comércio interno, a protecção civil, o emprego e formação profissional, a polícia, e os investimentos municipais<sup>57</sup>.

Ao nível financeiro o município goza de autonomia, “possuindo finanças próprias que lhe permitem elaborar, aprovar, alterar e executar plano de actividades e orçamento, podendo ainda dispor de receitas próprias, ordenar e processar as despesas, arrecadar as receitas e recorrer ao crédito nos termos da lei”<sup>58</sup>.

Como disse o Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande<sup>59</sup>,

*“a cooperação descentralizada é uma realidade crescente e dinâmica”<sup>60</sup>, que se tem manifestado, “particularmente, ao nível da cooperação intermunicipal através de acordos de geminação e colaboração” (Santos, 1999:45-46). Com as geminações, segundo o vice-presidente da Assembleia Municipal da Câmara Municipal da Brava, “solidificam-se os acordos bilaterais existentes entre Portugal e Cabo Verde, por intermédio das Câmaras Municipais, esperando-se, entre outros, que “haja mais intercâmbios e visitas mútuas dos empresários portugueses e Cabo-verdianos, no sentido de incrementarem as trocas comerciais entre os dois Países”<sup>61</sup> (Teixeira, 1997:47-48).*

Como observa o Presidente da Associação Nacional de Municípios Cabo-verdianos,

*“o momento é de repensar esta forma, já tradicional, de relação bilateral entre dois municípios, as geminações, “na perspectiva de virmos a situá-la num contexto mais amplo da cooperação descentralizada, por isso mesmo, alargada às organizações da sociedade civil, às empresas, as universidades”<sup>62</sup> (Santos, 1999).*

---

<sup>56</sup> Cf. n.º 1 do artigo 22.º da Lei *supra*. Segundo o seu n.º 2 “tratando-se de municípios de países com os quais Cabo Verde não tem relações diplomáticas é necessário parecer favorável do Governo”.

<sup>57</sup> Cf. artigos 27.º a 44.º da Lei *supra*

<sup>58</sup> Cf. artigo 3.º da Lei *supra*. Os princípios de autonomia administrativa, patrimonial, normativa e organizativa, estão definidos, nos artigos 2.º, 4.º, 5.º e 6.º da presente norma.

<sup>59</sup> À data Jorge Santos (Santos, 1999d:44).

<sup>60</sup> Dados os resultados alcançados tem suscitado uma reflexão nacional sobre o tema, apesar da fragilidade institucional desta tipologia de cooperação (Santos, 1999d:45).

<sup>61</sup> Excerto de discurso proferido por Victor Teixeira, à data vice-presidente do órgão deliberativo do Município da Brava, na Festa da Língua Portuguesa, realizada em Sintra (Teixeira, 1997:47).

<sup>62</sup> Citando Santos, “a cooperação descentralizada terá cumprido a sua missão num mundo cada vez mais globalizado e competitivo se as reformas dos Estados resultarem num novo pacto de distribuição de recursos e do poder entre os Governos Centrais e as autoridades locais. Trata-se de uma opção política fundamental cuja aplicação é muito complexa. Afinal, estamos em face de uma questão do Poder” (1999c:50).

Todavia os municípios cabo-verdianos, são na sua “maioria estruturalmente débeis do ponto de vista financeiro”<sup>63</sup>, pelo que, para uma real descentralização há que existir “uma equilibrada repartição das responsabilidades em matéria de investimentos públicos entre o Governo e os municípios”, só resultante de um novo regime de Finanças Locais. Refere que a descentralização<sup>64</sup>, é um processo contínuo e sem retorno no quadro da democratização do Estado e da sociedade”, urgindo adoptar uma lei-quadro da descentralização (Santos, 1999b:87-90).

De acordo com Santos, têm sido desenvolvidos relevantes projectos ao nível da cooperação intermunicipal, com municípios portugueses e associações municipais. A título de exemplo, refere o caso do município cabo-verdiano a que preside, o da Ribeira Grande, onde pratica a cooperação com municípios do Luxemburgo e da Holanda. Do trabalho realizado releva a criação da Plataforma de Cooperação Descentralizada entre a ANMCV e a Associação de Municípios Holandeses (VNG), a Câmara Municipal de Rotterdam e outros municípios Holandeses, que visa, principalmente, “mobilizar recursos humanos e financeiros para o financiamento de programas de cooperação intermunicipal”. Todavia, e apesar de todo o trabalho realizado, o mesmo autor refere, a falta de meios financeiros e humanos, e “uma, quase que ausente, integração institucional”, constituindo o principal estrangulamento da cooperação intermunicipal e descentralizada.

Por outro lado, o Programa do actual Governo, liderado pelo PAICV, afirma que o “reforço do municipalismo constitui uma das grandes prioridades da Legislatura”. Neste sentido, e “em estreita cooperação com os Municípios, o Governo promoverá políticas e programas que facilitem a transferência gradual para área de competência e gestão municipal de serviços até agora sob a alçada do poder central, acompanhada sempre dos indispensáveis meios humanos, técnicos e financeiros”<sup>65</sup>.

A descentralização é então assumida em termos constitucionais como vector essencial da organização do Estado, e elemento chave para a construção de um Estado de

---

<sup>63</sup> Tal ocorre devido à incapacidade do sistema económico local (Santos, 1999b:87).

<sup>64</sup> A descentralização que “é hoje uma estratégia universal e uma passagem obrigatória para o desenvolvimento e a afirmação do Poder Local”, não se pode confundir com a participação e a democracia. (Santos, 1999d:44).

<sup>65</sup> Capítulo I- Dos Princípios e linhas de força ([http://www.governo.cv/programa\\_governo/introdução.htm](http://www.governo.cv/programa_governo/introdução.htm)).

responsabilidades partilhadas, assentes em princípios de complementaridade e da subsidiariedade.

1. O Decreto-lei nº 121/91, de 20.09.23

O primeiro passo foi o de alterar a Lei nº 47/III/89, nos seguintes aspectos:

- a) Prever como autarquias, não só os municípios e autarquias de base territorial inframunicipal, mas também autarquias de base territorial supramunicipal;
- b) Voltar às designações tradicionais dos órgãos municipais executivos: câmara municipal e presidente de câmara municipal;
- c) Diferenciar os órgãos municipais não pela hierarquia, mas sim no plano funcional: a assembleia municipal passa a caracterizar-se por ser órgão deliberativo, distinto dos órgãos executivos;

2. O Decreto-lei nº 122/91, de 20.09.24

O segundo passo, foi o de alterar o sistema eleitoral autárquico, para o tornar democrático. Nesse contexto e para além de outros aspetos meramente técnicos, foram introduzidas na Lei nº 48/III/89, as seguintes alterações de fundo:

- a) O círculo eleitoral para as eleições de cada município passou a ser o concelho, sem sub divisões;
- b) Todos os órgãos municipais passaram a ser eleitos por sufrágio livre, universal, igual, directo e secreto, por listas plurinominais para cada órgão colegial, dispondo o eleitor de um voto singular de lista. Considera-se eleito presidente da câmara municipal, o primeiro candidato da lista mais votada para esse órgão.
- c) Foi suprimida a limitação de candidatos não residentes no município;
- d) Foi reduzido o número de membros da assembleia municipal;
- e) Foi alterado o critério de eleição para a assembleia municipal, que passou a ser o método proporcional de Hondt<sup>66</sup>;
- f) Foi adotado para a Câmara Municipal o regime anteriormente revisto para a assembleia municipal: maioria absoluta confere todos os mandatos; na falta dela aplica-se o método proporcional de Hondt;

---

<sup>66</sup> Método do quociente ou método da média mais alta, método para alocar a distribuição dos Deputados e outros representantes eleitos na composição de órgãos de natureza colegial.



g) A apresentação de candidaturas passou a poder ser feita: (i) por partidos ou coligações de partidos; ou (ii) por grupos de cidadãos correspondentes a 5% do colégio eleitoral, não superior a 500.

3. O Decreto-Lei nº 123/91, de 20.09.25 O terceiro passo foi o de adaptar o DL 52-A/90 às alterações introduzidas pelos dois diplomas anteriores e ao novo contexto político. Nesse quadro, são de ressaltar:

- a) A supressão de “resquícios do partido único”: participação dos órgãos municipais nas Comissões de Reforma Agrária e outros organismos conexos; apoio às organizações de massas; e competência da assembleia municipal para a “promoção da participação popular”
- b) A substituição da hierarquia vertical entre os órgãos municipais, pela distinção funcional: a assembleia municipal deixa de ser “órgão máximo do município”, para ser o “órgão deliberativo do concelho”;
- c) A redução do número de membros da assembleia municipal;
- d) A redução do mandato dos órgãos municipais de 5 para 4 anos;
- e) O desaparecimento da menção expressa à responsabilidade dos órgãos executivos colegiais perante a assembleia municipal;
- f) O reconhecimento aos membros dos órgãos municipais do direito de renúncia ao mandato;
- g) A instituição de perda de mandato por integração, depois da eleição, em formação diversa daquela pela qual o membro dos órgãos municipal tenha sido eleito;
- h) A atribuição provisória aos conselhos deliberativos das competências cometidas às câmaras municipais (que o DL 52-A/90 havia cometido ao delegado do Governo).

Numa apreciação genérica a este período, diz-se que se deram passos substanciais na consolidação da descentralização como um aquis da democracia e como poder local, que abriram caminho à Constituição de 1992. A via não foi a da revolução, mas sim a reformista. Os diplomas de 1989 e 1990 foram aproveitados ao máximo, constituindo até, em parte relevante, a base do Estatuto dos Municípios vigente.



### 5.3.3 Legislação Autárquica

No que se refere ao poder local, destaca-se a publicação da Lei n. 134/IV/95, de 3 de Julho, que aprova os estatutos dos municípios. No âmbito deste diploma, compete, exclusivamente, à Assembleia Municipal, “elaborar e aprovar posturas sobre matérias da sua competência própria ou delegada”, nos termos previstos no artigo 92, n. 2, alínea a), nomeadamente em matérias de: segurança, comodidade e circulação de peões e de veículos nas ruas e demais lugares públicos; estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; numeração de edifícios; gestão local do domínio público do Estado no território municipal, quando pertença ao município e fixação do horário de funcionamento dos serviços comerciais e dos locais de diversão nocturna.

Prevê-se expressamente no artigo 142 do referido diploma que “revestem a forma de postura, salvo disposições especiais da lei, os regulamentos dimanados dos órgãos municipais competente e adoptados por sua iniciativa sobre matéria das atribuições municipais.

O reforço do **PODER LOCAL** é um dos pilares básicos deste diploma<sup>67</sup>, pelo que, tendo em vista a sua consolidação, aponta para a promoção das relações entre os “Municípios e o Estado, para uma real assunção da tutela”, entre os “Municípios e o sector privado, para a definição das regras e modalidades de parcerias e sua concretização”, e entre os “Municípios e o sistema de cooperação internacional descentralizada”.

Deve, igualmente, ser destacada a existência da Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos<sup>68</sup> (ANMCV) e da figura Associação de Municípios, reflexo da consolidação do poder local. De acordo com Afonso, Cabo Verde é o único país dos Cinco com este tipo de organizações (1998:114). A ANMCV que é membro da

---

<sup>67</sup> Cf. Capítulo II-Aprofundar e Consolidar a Democracia: “o Governo, ciente de que as administrações autárquicas conhecem melhor os problemas locais e a forma de os resolver, pugnará pela edificação de um Poder Local democrático e autónomo, promovendo uma transferência de atribuições do Estado para as autarquias locais, sempre” ([http://www.governo.cv/programa\\_governo/capituloii.htm](http://www.governo.cv/programa_governo/capituloii.htm)).

<sup>68</sup> Constituída a 22 de Setembro de 1995, de acordo com os Estatutos da ANMCV (ANMCV, 1996; 2000).

Organização Internacional Federação Mundial das Cidades Unidas (FMCU), é definida como “uma pessoa colectiva de direito público”<sup>69</sup>.

Tem por fim geral “a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local, e, em especial: a representação e defesa dos Municípios perante os Órgãos de soberania, designadamente, apresentando propostas de medidas tendentes ao fortalecimento do Poder Local; a realização de estudos e projectos sobre assuntos relevantes do poder local; a criação de serviços destinados à prossecução dos seus fins e dos seus membros; o desenvolvimento de acções de formação e informação dos Eleitos e de aperfeiçoamento do pessoal da Administração Local; a troca de experiências e informações em todos os domínios da actividade municipal; a representação dos seus membros perante organizações nacionais e internacionais”<sup>70</sup>.

A República de Cabo Verde é, portanto, um Estado de direito democrático, que defende a existência da descentralização democrática e a autonomia do Poder Local e da Administração Pública.

A Constituição fala, explícita ou implicitamente de descentralização em vários dos seus preceitos:

Nos seus artigos 1º nº 4 e 7º d), impondo à República e ao Estado que, como uma das suas tarefas fundamentais, crie, progressivamente, as condições indispensáveis para removerem os obstáculos à “efectiva participação” “democrática” dos cidadãos “na organização política, económica, social e cultural do Estado”;

Com tudo o que acabamos de citar supra, pode-se ver que temos uma constituição descentralizadora, que consagra o pluralismo e a efectiva participação democrática dos cidadãos relativamente a organização política, económica, social e cultural do Estado, colocando, assim, a descentralização como uma das ferramentas centrais abrangentes no

---

<sup>69</sup>Cf. n.º 1 do artigo 1.º dos Estatutos da ANMCV. De acordo com o seu n.º 4 “a associação não prossegue fins político-partidários ou lucrativos e exerce a sua actividade com independência de quaisquer entidades públicas ou privadas” (ANMCV, 2000).

<sup>70</sup> Cf. alíneas a) a f) n.º 1 do artigo 2.º dos Estatutos. Segundo o n.º 1 do artigo 3.º “são membros da ANMCV todos os municípios cabo-verdianos e associações de municípios que declarem aderir à Associação após deliberação do órgão executivo e aprovação pelo órgão deliberativo”, *Idem*.

desenho institucional do poder político seja no plano administrativo, seja no social, no cultural e no económico.

Convém referir a lei nº 69/VII/2010, que estabelece a Lei-Quadro da Descentralização Administrativa e o Regime das Parcerias Público-Privadas de âmbito regional, municipal e local, citada anteriormente. A aprovação recente dessa lei é um marco importante para o Poder Autárquico em Cabo Verde.

A Constituição da República de Cabo Verde, revista em 2010, dedica o título VI (artigos 230 a 239) ao Poder Local, definindo as autarquias Locais, no artigo 230, como “pessoas colectivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos das respectivas populações, que prosseguem os interesses próprios destas” e no artigo 231 institui que “as autarquias locais são os municípios, podendo a lei estabelecer outras categorias autárquicas de grau superior ou inferior ao município”.

Consagra-se expressamente no artigo 235 da Constituição de Cabo Verde, que “as autarquias locais gozam de poder regulamentar próprio, nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar”.



e o aeroporto em São Pedro), na Ribeira de Vinha e na zona interior de Salamansa. O sucesso destas plantações tem sido muito limitado.

O clima é tropical seco, rondando os 24 °C de temperatura média do ar. A temperatura da água do mar oscila, durante o ano, entre os 12 °C e os 25 °C. Há duas estações: de Novembro a Julho decorre a estação seca e é quando sopram os ventos alísios; de Agosto a Outubro é a "estação das chuvas", embora a precipitação seja na realidade baixa.

### **6.1.1 Descoberta**

Descoberta no dia de São Vicente (22 de Janeiro) de 1462, pelo navegador português Diogo Gomes, escudeiro do infante D. Fernando, a quem ficou pertencendo por doação de D. João II, o rei seu tio.

Mercê da endémica falta de água, a ilha ficou, por muitos e muitos anos, relegada à humilde condição de simples campo de pastagem do gado de alguns proprietários da vizinha ilha de Santo Antão.

São Vicente seria a última das ilhas do arquipélago a ser povoada. Foi só em 1838, quando se estabeleceu um depósito de carvão para abastecimento dos navios em rota pelo Atlântico na Baía do Porto Grande, que a população começou a fixar-se, fundando-se a cidade do Mindelo. Com a expansão do vapor, na segunda metade do século XIX, São Vicente teve um surto de desenvolvimento, com diversos depósitos de carvão ingleses em atividade e dezenas de navios a alcançarem o porto de Mindelo para se reabastecerem.

A ilha tornou-se escala obrigatória a meio do Atlântico para navios de todo o mundo e marinheiros de muitas nacionalidades confraternizavam nas tabernas e cafés do Mindelo. Por essa altura, a cidade tornou-se um centro cultural importante e cosmopolita onde a música, a literatura e o desporto eram cultivados. Chegou mesmo a aventar-se a hipótese de se transferir a capital de Cabo Verde para o Mindelo.

O ciclo durou apenas algumas décadas, pois com a substituição, no início do século XX, do carvão pelo diesel como combustível dos navios, o importante porto perdeu a sua

preponderância, sendo substituído pelas Canárias e por Dakar. Mais tarde, a ilha ganhou novo fôlego como ponto de ligação transatlântica de cabos submarinos de telégrafo. Em 1874 foram amarrados os cabos submarinos da Western Telegraph Company (atual Cable & Wireless), ligando a Praia da Matiota, na ilha de São Vicente, à Madeira e depois ao Brasil. Em 1886, Cabo Verde ficou também ligado à África e à Europa através de cabo submarino.

Do período áureo, a cidade do Mindelo conserva um centro histórico relativamente bem preservado, onde predomina a arquitetura de estilo colonial, sendo um bom exemplo o Palácio do Governador. O Liceu Nacional de Cabo Verde (que posteriormente se veio a chamar Liceu Central Infante D. Henrique, inaugurado em 1917, teve enorme importância no desenvolvimento da consciência Nacional Cabo-verdiana, tendo lá estudado muitos dos obreiros da independência nacional, incluindo Amílcar Cabral.

### **6.1.2 Demografia**

A população de São Vicente é, pelo censo de 2000, de 67.163 habitantes, sendo que a população rural fica pelas 4.174 pessoas. A ilha de São Vicente é, pois, a ilha mais urbana de Cabo Verde, sendo a taxa de urbanização de 97%, bem superior à média nacional que é de 54%. A densidade populacional é de 296 habitantes por quilómetro quadrado.

A taxa anual de crescimento demográfico é de cerca de 2,7%, superior também à nacional (2,4%). A esperança de vida é de 62 anos para os homens e de 65 anos para as mulheres, em evidente contraste com a esmagadora maioria dos outros países africanos, onde a esperança média de vida não vai além dos 56 anos. A taxa de mortalidade infantil é, também, relativamente baixa: 46 por cada 1000 nascidos.

A população da ilha de São Vicente é maioritariamente jovem, pois 66% da população tem menos de 30 anos, enquanto a população com 60 anos ou mais perfaz 8,6%. Existem perto de 16 mil agregados familiares residentes em São Vicente, com uma média de 4 pessoas por agregado, ligeiramente abaixo da média nacional que é de 5 pessoas. 56% das famílias vivem em casa própria e 30% em casas arrendadas.

### 6.1.3 Economia

A economia da ilha sempre se baseou, quase que, exclusivamente, no comércio e nos serviços. Devido à falta de chuva, a agricultura é de subsistência. A pesca tem alguma relevância, mas apresenta condições para ser uma actividade de maior importância, não só pelas capturas nomeadamente da lagosta, mas também pelas indústrias derivadas: conservas, seca e salga de peixe e construção naval.

O Porto Grande é o principal porto de Cabo Verde, por onde passam grande parte das importações do país. Está dotado de um terminal de contentores e de instalações de frio e silos que possibilitam a atividade de transbordo de cargas. Existe também uma moderna central de dessalinização da água do mar para consumo público e estaleiros navais.

No sector industrial, a ilha apresenta abundância de mão-de-obra, resultado do êxodo de habitantes de outras ilhas para São Vicente. Cerca de 27% da população empregada exerce profissões sem grande qualificação. Empregados altamente qualificados nomeadamente os quadros superiores de empresas e da administração pública e os que exercem funções de gestão e direção não chegam a 2% das profissões exercidas. Destaca-se, no entanto, uma maior participação das mulheres São vicentinas nos lugares de decisão quando se compara com a média nacional.

Segundo as estatísticas actuais, São Vicente é a ilha que apresenta a maior taxa de desemprego do país, 23 %, enquanto a média nacional fica pelos 17%. O desemprego afecta mais as mulheres do que os homens. O parque industrial da ilha — Zona Industrial do Lazareto — concentra diversas unidades fabris, essencialmente de investimento estrangeiro, nas actividades de calçado, confecções e transformação de pescado.

São Vicente tem uma grande tradição ao nível do desporto, visto terem sido daqui que muitas modalidades se espalharam para as restantes ilhas. O windsurf, por exemplo, conta aqui com excelentes condições. A praia de São Pedro é considerada uma das melhores para a prática do windsurf, como têm constatado muitos campeões mundiais da modalidade.

O ciclismo, os passeios a pé e a cavalo são boas formas para conhecer a ilha. A marca inglesa na ilha ainda hoje é reconhecível, nomeadamente no golfe. São Vicente dispõe de um campo de golfe, sem relva, com 18 buracos.

Por estas razões, o turismo apresenta óptimas perspectivas de crescimento na ilha de São Vicente, tal como no resto do arquipélago de Cabo Verde.

#### **6.1.4 Sistema de Saúde**

O sistema de saúde da ilha tem beneficiado de grandes progressos nas últimas duas décadas, graças, não só aos investimentos do Governo, mas também como resultado das relações de cooperação com alguns municípios e instituições portuguesas, nomeadamente da Câmara Municipal de Oeiras e da Fundação Calouste Gulbenkian. Graças a essa cooperação, nos últimos anos o Hospital Baptista de Sousa, de São Vicente, passou a dispor de um serviço completo de cardiologia e de uma unidade de cuidados intensivos, ambos modernamente equipados. Para além do hospital central, há na ilha ainda dois centros de saúde, uma delegacia de saúde, três unidades sanitárias de base e dois centros do Programa Materno-Infantil e de Planeamento Familiar (PMI-PF).

#### **6.2 Afirmação da Municipalidade Mindelense**



**Fig2: Câmara Municipal da ilha de São Vicente**



O movimento portuário da segunda metade do século XIX é muito importante na afirmação da municipalidade mindelense, uma vez que arrasta consigo outras actividades, como o comércio a grosso e a retalho, a indústria e afins, ocupações diversas lícitas e ilícitas, típicas da vida de uma cidade-porto.

Um foco urbano desenha-se num instante, impulsionado por uma população que, não obstante, oriunda de ilhas de vocação rural, se mescla com homens do mundo estrangeiro, com experiências díspares e rapidamente, essa plebe camponesa adquire mentalidade e postura cidadina. Um verdadeiro fenómeno de globalização se processa na cidadezinha, entendendo esse termo, numa acepção mais antropológica.

Neste tecido social da urbanidade mindelense, destacam-se homens da alta sociedade, com atitudes e estilos de vida puramente europeizadas, uma elite nova e com atributos muito diferentes, dos do grande proprietário agrícola (principal referência na estrutura socioeconómica do arquipélago), composta por gente ligada às companhias britânicas de carvão, das diplomacias, altos representantes de investidores estrangeiros, eminentes figuras do aparelho administrativo e fiscal, camada social que ostentava outros conhecimentos, capacidade intelectual, com consciência de cidadania e que se afigura determinante, enquanto força motriz, na afirmação da municipalidade e no seu desenvolvimento.

Essa camada influenciava positivamente o sector mais modesto da sociedade mindelense e fazia desenvolver, uma comunidade culturalmente muito activa, aberta, descomplexada, empreendedora, reivindicativa e com ambição.

São estas atitudes que levam, em 1858, os responsáveis da Comissão Municipal, a reivindicar junto do Governador-geral, a elevação da referida Comissão, à categoria de Câmara Municipal, dado os evidentes progressos que conseguira para a ilha, desde a sua instituição. Argumentavam os requerentes que na verdade, se tratava de mera questão de oficialização de algo que na prática já vinha acontecendo, face aos poderes conferidos e exercidos pelo órgão colegial. Aliás, este estrato da nota é elucidativo: “ (...) visto esta povoação ter sido elevada á categoria de villa do Mindello, e gozar de todas as

prerrogativas e privilégios que a lei lhe confere como uma Câmara Municipal em lugar de Comissão<sup>71</sup>.

No entanto, esses argumentos não teriam sido suficientemente convincentes e o pedido de reconhecimento da Câmara seria indeferido, para o desagrado dos proponentes. Por consequência, a Comissão Municipal continuaria a ser a representação oficial do poder autárquico mindelense.

Nos primeiros tempos, a administração da ilha coabitava com a Repartição das Finanças, Correios e Capitania, no imponente edifício junto à Praça D. Luís, onde hoje funciona a Biblioteca Municipal, antiga propriedade do Sr. João Machado e adquirido pelo Governo Colonial em 1860<sup>72</sup>.

Pouco mais de uma década depois, se erguia a casa do município – Os Paços do Concelho- que condignamente, albergaria a edilidade de São Vicente. Um edifício imponente, de traçado arquitectónico exuberante. A construção iniciou-se em 1862 e ficaria concluída entre 1873/74.

A Câmara Municipal viria a ser determinante na evolução da cidade, enquanto órgão de gestão municipal, sobretudo num espaço em início de urbanização, onde era necessário definir os planos de estruturação da cidade, determinar os terrenos para construções públicas e privadas, implementar e fiscalizar o cumprimento do código de postura municipal, executar obras significantes na cidade, etc.

Segundo o Estatuto dos Municípios (art.º 45º), são órgãos representativos do município, eleitos por sufrágio universal, directo, livre, igual e secreto, por um período de quatro anos:

- A Assembleia Municipal, órgão deliberativo, que tem por função aprovar os orçamentos e programas, relatórios e contas de gerência;
- A Câmara Municipal, órgão executivo colegial, constituído pelo Presidente e por Vereadores;

---

<sup>71</sup> Secretaria Geral do Governo 1803 – 1927. Cxa. Nº 249. Instituto do Arquivo Histórico Nacional. Praia. 1994.

<sup>72</sup> Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo. (1984). Lisboa. MHOP, Direcção Regional Barlavento, Gabinete de Planeamento 82, PDU Mindelo. Cap. III, pág. 38.

Em São Vicente, a Assembleia Municipal (AMSV) é composta por 21 membros (distribuídos por 5 Comissões de Trabalho), dos quais 9 pertencem à Bancada do MpD, 7 do PAICV e 5 de UCID.

A AM realiza três sessões ordinárias por ano, sendo a primeira e última destinadas, respectivamente, à aprovação do relatório de contas do ano anterior e à aprovação do plano de actividades e do orçamento para o ano seguinte.

A AM também se reúne-se em sessões extraordinárias a pedido da Câmara Municipal, 5% dos cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município ou a entidade tutelar, para tratar assuntos específicos para que tenham sido expressamente convocados.

A AM é assegurado pela Mesa da Assembleia, que é constituída por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário da Mesa.

A Câmara Municipal (CM) é constituído por um Presidente e 8 Vereadores, sendo três lista do MPD, 3 do PAICV e dois da UCID, conforme número de Eleitores do Concelho, como determina a lei<sup>73</sup>, distribuídos, actualmente, pelas seguintes áreas:

Relações Institucionais (nacionais e internacionais), Desenvolvimento económico e financeiro, Protecção Civil e Comunidades, asseguradas pelo Presidente;

Cultura, Desporto, Actividades económicas, Modernização administrativa e gestão autárquica Informação e Comunicação, Solidariedade e Promoção Social, Emprego e Formação Profissional, Habitação e Equipamentos Sociais; Planeamento Territorial (ocupação do território e infraestruturas), Património e Obras, Transportes, Trânsito e Fiscalização, Assumidos por vereadores da lista do MPD

Educação, Infância e Juventude, Cidadania e Género, Ambiente e saneamento e energias, Saúde pública e defesa do consumidor, sob a responsabilidade dos vereadores da UCID.

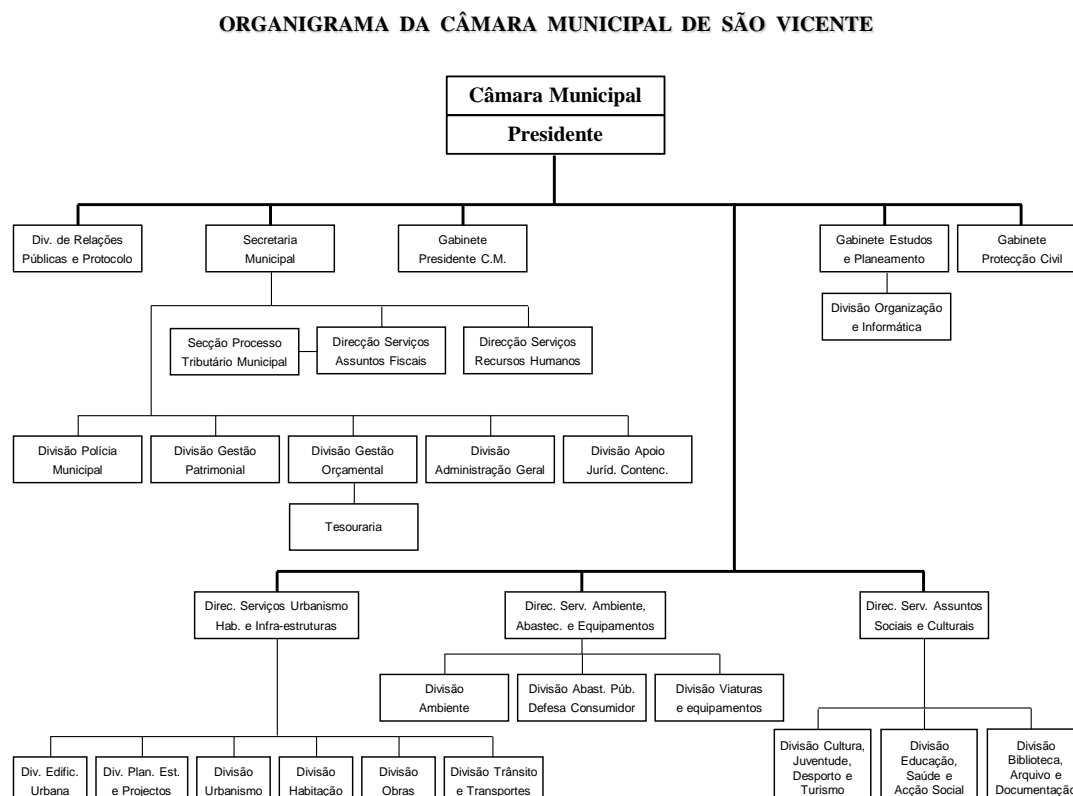
De referir, ainda, que os três vereadores do PAICV não têm pelouros, por divergências políticas.

---

<sup>73</sup> Lei nº 134/IV/95, de 3 de Junho, artigo nº 83

No exercício das suas actividades, cada Vereador supervisiona os respectivos serviços, bem como coordena e articula as actividades, cuja competência é exclusiva da CM, que tem 106 funcionários, internamente, e que se estrutura da seguinte forma, de acordo com o organograma em vigor:

### 6.2.1 Organograma



**Fig 3: Organograma da Câmara Municipal da ilha de São Vicente**

### 6.2.2 Resenha e Enquadramento das Geminações entre os Municípios de São Vicente e os Municípios Portugueses, história e acções desenvolvidas.

A geminação entre municípios, enquanto fenómeno que, em tempos, se desenvolveu e se deu a conhecer no continente europeu, assumiu proporções que se estenderam a todo o planeta, sendo considerada como um meio privilegiado e essencial para o relacionamento, cooperação e colaboração entre diversas comunidades, independentemente da raça, da religião e/ou cultura (Afonso,1998).

No nosso país, como já se referiu, anteriormente, o conceito de geminação surgiu nos anos 80, mais precisamente em 1986, sendo o Município de S. Vicente pioneiro nessa matéria, assinando o seu primeiro protocolo de geminação com um município norte-americano, New Bedford, sob o regime de partido único.

O segundo protocolo foi assinado com a Câmara Municipal de Oeiras, em Portugal, em 1988, ainda durante o regime de partido único. Cujo protocolo encontra-se, ainda, em vigor e traduziu-se em ganhos inquestionáveis para a ilha. Mas, mais do que isso, abriu as portas, devido ao seu bom exemplo, à implementação em todo o país de acções de cooperação descentralizada e mostrou que era possível a cooperação entre os municípios. A prova disso é que, após esses anos todos, encontram-se, ainda, bem visíveis os frutos desse processo que foi iniciado há vários anos atrás.

A partir dessa altura, os acordos de geminação proliferaram um pouco por todo o País, principalmente com os municípios portugueses, mas S. Vicente, como pioneira nessa área, continuou a tratar com carinho e a procurar outros caminhos na cooperação descentralizada com os municípios de Portugal e de outros países.

De realçar que, todas essas geminações são baseadas nas relações históricas entre Portugal e Cabo Verde, na construção de uma caminhada em comum, na especial e efectiva ligação existente entre os dois países e da vontade dos povos e dos seus representantes em construir e trocarem experiências em áreas tão sensíveis como a juventude, a 3ª idade, a educação, o desporto, a saúde, o turismo, etc.

Enaltecem, portanto, séculos de história em comum, a unir os povos da República de Cabo Verde e de Portugal, existindo um riquíssimo património cultural e linguístico comum, que urge pensar e proteger.

### **6.2.3 História do poder local em Portugal**

O papel do Poder Local em Portugal é recente, devido ao quadro histórico, político e jurídico vigente até ao 25 de Abril de 1974. Este passado recente assentava num sistema centralizador, onde o aparelho estatal central sobressaía e nele se diluía a administração local, tanto em termos de desenvolvimento de acções, como de autonomia financeira.

A política de cooperação portuguesa encontra-se, pois, directamente relacionada com a ordem política e constitucional emergente do 25 de Abril de 1974. Somente na década de 80 é que surgiram as geminações em Portugal, na sua maioria estabelecidas entre municípios portugueses e europeus, tendo, a partir de meados dos anos 90, sido alargado este tipo de relacionamento a congéneres dos Países em Vias de Desenvolvimento.

Segundo Costa e Ferreira (2003: 15), “a Cooperação Descentralizada também designada por Cooperação Intermunicipal (CIM), enquanto vertente integrante da cooperação portuguesa, assenta num quadro histórico, político e legal recente (ICP, 2000: v) pois obedecia o antigo que teve o seu término a 25 de Abril de 1974”. Este quadro político legal recente, está reflectido no documento de orientação estratégica denominado “ A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 43/ 99, de 18 de Maio de 1999.

Ao longo destes últimos anos, as autarquias acumularam conhecimentos e experiências na resolução de questões concretas que se colocam as suas populações, pelo que estas mais-valias podem ser potenciadas através do intercâmbio e trocas de experiências com congéneres de outros países.

E ainda, segundo Barata, (2001) “Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países lusófonos. Pelo programa da CIM a pretensão que se espera desenvolver da cooperação com estes, é que ela seja pensada, planeada e executada com rigor, não levando, apenas, ao cumprimento dos objectivos fixados, mas também na utilização dos fundos públicos mobilizados para o efeito”.

A Cooperação Portuguesa tem um carácter descentralizado, traduzido na existência de inúmeros organismos da Administração Central, de Ministérios, de Secretárias de Estado, Municípios e Universidades que prosseguem actividades de cooperação. (Barreira, 2010).

#### **6.2.4 Enquadramento Geral da Lei Portuguesa**

Segundo a lei portuguesa (Lei quadro nº 159/99, de 14 de Setembro) estabelece-se que os municípios passam a dispor de atribuições no domínio da cooperação externa, sendo

competência dos órgãos municipais participar em projectos e em acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da CPLP (Comunidade de países de Língua Oficial Portuguesa). Há metas e desafios que se colocam à comunidade de países Lusófonos, mais concretamente no que se refere a institucionalização da cooperação intermunicipal, no quadro do poder local, nos oito países da CPLP, criando regulamentação própria, linhas de co-financiamento específicas e inserindo-a nas actividades do dia-a-dia dos municípios, com estruturas e recursos (financeiros e humanos) específicos” (Afonso, 1998: 189). Destaca-se os municípios pelo facto de serem os interlocutores válidos e privilegiados no que concerne a programas bilaterais de cooperação, por possuírem vários domínios de intervenção, no que toca ao ensino primário, ao saneamento básico as infra-estruturas e a conservação do património.

Neste âmbito, foi assinado, em 1998, um protocolo de cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com o intuito de reforçar e potenciar o apoio institucional na vertente da CIM.

### **6.3 Enquadramento das Geminções**

O poder local surgiu, efetivamente, em São Vicente, assim como no País inteiro, após a abertura política de 1991, embora a 1ª Constituição da Republica fizesse referência a esse tipo de poder.

Assim, as primeiras eleições autárquicas da história do país, aconteceram em 1991, tendo saído vencedor, em S. Vicente, um grupo independente, o Movimento para o Renascimento de S. Vicente (MPRSV), liderado pelo Doutor Onésimo Silveira, que iria comandar os destinos do Município por três anos consecutivos, de 1991 a 2004.

Porém, a governação do grupo não foi fácil, uma vez que as relações com o poder central não eram as melhores, resultando num sufoco económico que comprometia o desenvolvimento local, segundo palavras do presidente da Câmara *“lembro-me, perfeitamente, de que, quando entramos na Câmara, encontramos um orçamento Municipal de sessenta e três mil contos, dos quais cinquenta e três mil era para pagamento dos funcionários, não havia, portanto, dinheiro para investimentos; vimos nas geminações, uma alternativa para o financiamento dos nossos projectos de desenvolvimento; e foi graças a elas que pudemos fazer tudo o que fizemos por S. Vicente durante o nosso mandato”*.

Com esse objectivo essa Câmara apostou nessa forma de cooperação descentralizada, assinando vários protocolos com as congéneres portuguesas, com reflexos significados no desenvolvimento de S. Vicente. De salientar que o maior número de geminações assinados pelo Município de S. Vicente aconteceu durante a liderança de Doutor Onésimo Silveira, tendo sido assinados duas por João José Lima de Faria, que assumiria a Câmara de S. Vicente após a sua renúncia, em 2001.

Pode-se, pois, considerar que durante esse período as relações de cooperação atingiram o seu auge, com vários projetos, nas mais diversas áreas, realizados graças ao financiamento das Câmaras geminadas, com grande impacto no desenvolvimento da ilha.

Após o término do mandato desse grupo, em 2004, a Câmara passaria a ser governada pelo Movimento Arco Íris, liderado por Dra Isaura Gomes, era um grupo independente, mas apoiado pelo Movimento para a Democracia (MPD). Ela que ganhou dois mandatos consecutivos (2004 e 2012), mas que por motivos de saúde não pôde terminar o seu último mandato. Pela primeira vez na história do país, uma mulher iria estar no comando do poder local.

A Câmara de Isaura Gomes deu uma atenção especial à política de geminação, com a introdução do programa “À descoberta do Mindelo”, projecto cultural que tinha por objectivo dar aos munícipes e Municípios geminados a oportunidade de conhecer o nosso País, no geral, e S. Vicente, em particular, nas suas várias vertentes (a cultura, a música, a gastronomia, o artesanato, etc.). Era, portanto, uma forma muito interessante de promover o nosso país e a nossa ilha, em particular, que revitalizou e muito os processos já existentes.

Porém, durante o seu mandato não foi assinado mais nenhum acordo de geminação, não obstante os vários contactos feitos nesse sentido, inclusive com Municípios de outros países, nomeadamente, La Rochelle (França), Stuttgart (Alemanha), Canton-Cardiff (Inglaterra), Aquiraz (Brasil), Shenzhen (China).

No entanto, a dinâmica da geminação, bem como os contactos, as visitas e os apoios concedidos, com destaque para outras áreas designadamente para Formação Profissional e Cultural, continuaram.



E seria a partir do seu segundo mandato, em 2008 que se começaria a sentir os primeiros sinais do esmorecimento dessas relações, acentuados a partir de 2011, data da sua renúncia.

Como já foi referido anteriormente, a Presidente Isaura Gomes não pôde terminar o seu segundo mandato, por motivos de saúde, pelo que em 2011 pediria a renúncia do seu mandato, após vários pedidos de suspensão de mandato, em que seria substituído por um elemento da sua equipa camarária, Doutor Augusto Neves. Seria, portanto, Neves quem a substituiria durante o seu impedimento e após o seu afastamento definitivo e quem assumiria a Câmara, democraticamente eleito, nas eleições seguintes, em 2012.

Presidente Augusto Neves, que já se encontra quase no término do seu mandato, e, ao que tudo indica candidato a sua própria sucessão, afirma que, relativamente à política de geminação, continua na mesma senda dos seus antecessores, com uma única diferença: da crise económica que abalou Portugal nos últimos anos, da qual, ainda, não se recuperou completamente, o que compromete a política de cooperação desse país. Não obstante esta situação, considera que, a cooperação tem funcionado normalmente com os municípios portugueses geminados com S. Vicente, apesar dos apoios terem diminuído consideravelmente, facto que se explica pela situação, anteriormente, exposta. Pelo que defende, para além da potencialização dessas já existentes, a procura de novos parceiros para S. Vicente, estando já a trabalhar nesse sentido.

## **6.4 História e acções Desenvolvidas**

### **Câmara Municipal de Oeiras**

A Geminação com Câmara Municipal de São Vicente data de 19/06/1988. Esta tem sido a Geminação mais frutífera, que contou com o empenho pessoal, do Presidente Isaltino Morais, durante o seu mandato. No protocolo, observam-se os seguintes domínios de cooperação (ver quadro anexo): Saneamento, Educação cultura, saúde, educação, desporto, meio ambiente, infra-estruturas e formação do pessoal técnico.

Segundo Isaura Gomes - Esta parceria deixou marcos muito visíveis em São Vicente, “o melhor pavilhão desportivo que possuímos é o pavilhão de Oeiras”.

*“O nosso desejo é aumentar o ritmo desta geminação, para tal, temos projectos muito concretos, como a realização de um museu e de uma cinemateca. Para além disso, continuamos a partilhar com a Câmara de Oeiras os estágios do nosso pessoal, que lhes permite adquirir conhecimentos e depois adaptá-los às nossas realidades”.*

Para Isaura Gomes, “Oeiras é um exemplo, quero transformar São Vicente em Oeiras de Cabo Verde, porque na minha opinião este é um concelho muito mimado ambientalmente”.

Sendo o acordo de geminação entre Oeiras e Mindelo, o primeiro a ser estabelecido com um Município português, portanto o mais antigo, e, tendo em conta os excelentes frutos dessa relação de cooperação, serviu de exemplo para todos os processos futuros. Aliás, como já foi referido no nosso trabalho, foi o pontapé de saída para os Municípios de Cabo Verde, que aderiram a essa prática de cooperação descentralizada, reflectida nos vários acordos de geminação que se seguiram, assinados, na sua maioria com Municípios portugueses.

A partir dessa data, outros acordos se seguiram, nomeadamente com:

### **Câmara Municipal de Vagos**

Com o objectivo de por em prática e dar continuidade aos laços históricos que une os povos de Portugal e Cabo Verde, o protocolo foi rubricado a 28/05/1992, em S. Vicente. Segunda geminação assinada e a primeira depois da abertura política em Cabo Verde, abrangendo as áreas de formação profissional e cultura. O documento foi rubricado pelo Doutor Onésimo Silveira e pelo Doutor João Rocha, Presidentes das Câmaras Municipais de S. Vicente e de Vagos, respectivamente.

### **Câmara Municipal do Porto**

Acordo assinado em 16 de Novembro de 1992, na Cidade do Mindelo, pelos Presidentes Onésimo Silveira e Fernando Gomes, tendo sido ratificado em 22/06/1993, na Cidade do Porto. Com destaque para as seguintes áreas de cooperação: saúde, desporto, infraestruturas, etc (ver quadro anexo)

Com vinte anos de geminação entre as duas Edilidades, assinalados em 2012, os respectivos Presidentes da Câmara Municipal do Porto e de S. Vicente, Rui Riu e

Augusto César Lima Neves, manifestaram, na cerimónia realizada para o efeito, o desejo de fortalecer as relações entre os seus Municípios. A visita é interpretada por Augusto Neves como uma “expressão das excelentes relações de amizade e solidariedade” entre os dois municípios.

### **Câmara Municipal de Coimbra**

Conforme compromisso solene “de fomentar em todos os domínios o espírito de cooperação, através de intercâmbio de experiências entre as Comunidades Locais, científicas, profissionais, e culturais” foi assinado em 3/12/1994, entre os respectivos Presidentes Manuel Machado e Onésimo Silveira, com as seguintes áreas de atuação: educação, formação profissional, cultura.

### **Câmara Municipal de Mafra**

O protocolo de geminação data de 19/03/1998 e foi rubricado pelos Presidentes, Doutor Onésimo Silveira e Engenheiro José Maria Ministro dos Santos. Abrange as áreas social, cultural, desportiva e turística.

### **Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão**

“A geminação que agora formalizamos perspectiva uma abertura à aprendizagem mútua, através do intercâmbio de ideias, projectos e acções, cujo único propósito é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos”. Palavras de Armindo Costa, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, proferidas no dia 21 de Janeiro de 2006, na cidade de Mindelo, na cerimónia de ratificação do protocolo de geminação entre os dois Municípios.

Acompanhados por uma delegação autárquica e empresarial de Vila Nova de Famalicão e na presença das entidades autárquicas e forças vivas do município de S. Vicente, Armindo Costa e João José Lima de Faria, Presidente do Município de S. Vicente, selaram, assim, o compromisso assumido em 23 de Outubro de 2001, altura em que foi dado em Vila Nova de Famalicão o primeiro passo para o processo de geminação entre os dois concelhos lusófonos.

João Faria manifestou a sua satisfação pela oficialização da geminação do seu município com Vila Nova de Famalicão, concelho que, assinalou, “já é tido entre nós como mais uma irmã gémea de S. Vicente”.

### **Câmara Municipal de Felgueiras**

Selou-se o Solene Compromisso de manter laços permanentes entre as cidades de Felgueiras e Mindelo, a 13 de Julho de 1998, pelos Presidentes de Felgueiras Doutora Maria de Fátima Felgueiras e pela Camara Municipal de São Vicente Doutor Onésimo Silveira. Um dos objetivos a alcançar é de favorecer o intercâmbio entre os seus habitantes, em todos os campos, para desenvolver, através da compreensão mútua, o sentimento vivo da fraternidade entre os povos que falam a mesma língua e da solidariedade universal, de conjugar esforços para contribuir, na medida das possibilidades, para o êxito desta necessária tarefa de paz e prosperidade.

### **Câmara Municipal de Angra do Heroísmo**

Os Municípios de Angra do Heroísmo e de São Vicente afirmaram, solenemente, a sua decisão de manter e intensificar os laços de amizade e de cooperação entre as respectivas comunidades, em 19/11/2003, em Angra de Heroísmo, na pessoa dos respetivos Presidentes, Sérgio Humberto Rocha de Ávila (Angra de Heroísmo), e João José Lima de Faria (São Vicente), convencidos de que um dos meios de conseguir reforçar os laços é através de uma união de afinidades e de interesses comuns.

O referido acordo abrange as áreas de educação cultura, atividades económicas, técnicas e científicas.

## **6.5 Análise do Estudo Qualitativo<sup>74</sup>**

Os resultados desta investigação emergem a partir da metodologia qualitativa, com recurso a Entrevista. Com base na literatura recomendada, elaborou-se guiões de

---

<sup>74</sup> Ver as entrevistas na íntegra em anexo.

entrevistas, com o propósito de fazer uma análise com os três Presidentes de Câmara, eleitos entre 1991 e 2012, para Câmara Municipal de São Vicente.

Desta forma, para chegar a um conhecimento do objectivo dos discursos dos diferentes entrevistados, utilizou-se a análise de conteúdo, com base na inferência (Bardin, 1986), optando pelo mais eficiente, dentro da análise de conteúdo. Os resultados que a seguir se apresenta espelham a opinião de cada um dos entrevistados, bem como a análise respectiva.

A nível dos dados recolhidos no âmbito da entrevista, com o primeiro entrevistado, Doutor Onésimo Silveira, o primeiro Presidente eleito da Câmara Municipal de São Vicente, importa realçar que ele viveu fora de Cabo Verde, por muitos anos, tendo ocupado um alto cargo nas Nações Unidas e representante, nessa qualidade, dessa organização na Somália, em Angola e em Moçambique. Um dos mais proeminentes da elite literária de Cabo Verde, político, escritor, poeta, diplomata, enfim um verdadeiro intelectual. Vive, actualmente, em São Vicente.

Ele que, em 1991, se candidatou como independente, apoiado pelo MPRSV (Movimento para Renascimento de S. Vicente), à Câmara Municipal de S. Vicente.

Quanto a primeira questão (Qual foi a duração do seu mandato), este respondeu que o respectivo mandato durou cerca de onze anos, pois no primeiro ano do terceiro mandato renunciou ao cargo para se candidatar as eleições presidenciais. *“Fui o único Presidente, até então, que levou à queda da Câmara e a provocar, assim, eleições intercalares”*. Acrescentou que, antes disso, já tinha renunciado por conta de conflitos de natureza política com o Governo Central, em que convocaram eleições antecipadas, ganhas novamente pelo grupo que encabeçava. De modo que esteve mais de dez anos na Câmara.

Perguntado sobre a “relação entre o poder local e poder central durante o seu mandato”, respondeu que foi muito mau, porquanto o Governo Central era o MpD e não reconhecia, sobretudo, na Câmara Municipal de São Vicente, a autonomia para estabelecer acordos de geminação. Aquando da visita dos Presidentes das Câmaras a S. Vicente, estes eram tratados com galhardia (eram recebidos com música a entrada da Câmara, faziam-lhes recepções com animação cultural, etc). Por tudo isto o Governo

pensava que era para lhes retirar protagonismos. De facto retirava, reconhece o nosso entrevistado, mas justifica-se dizendo "mas também eles não queriam saber da Câmara Municipal de São Vicente". Essa relação de conflito ao longo dos mandatos, acabou por reflectir-se, negativamente, no processo de desenvolvimento da ilha.

Perguntado "quando é que surgiu a ideia de fazer geminação com as Câmaras Portuguesas". Disse que ele viu na cooperação descentralizada, sob a forma de geminação, uma alternativa para potenciar o desenvolvimento local. "Eu tinha na minha política Municipal o estreitamento das relações, porque as Câmaras estão mais próximas do povo, do que o poder central, eu queria levar algum calor, alguma compreensão mais actual a razão da nossa amizade com Portugal; também era uma forma de apagar toda a mágoa que ainda restasse nas relações com este país, por conta da luta da libertação e da independência".

Inquirido sobre "os benefícios alcançados com as geminações, no período em que esteve à frente da Câmara", responde com muito orgulho "Mindelo fala isso", referindo-se "aos frutos dessas geminações, evidenciados em obras de carácter social e desportiva, e apoios vários nas áreas de saúde, educação e cultura e também da projecção da Câmara de São Vicente no exterior, em termos e em moldes que nenhuma das Câmaras do país conseguiu fazer. Inclusive, refere, "os Presidentes das outras ilhas do país telefonavam-me a pedir ajuda para estabelecer processos de geminação com as Câmaras Portuguesas".

Isso mostra o sucesso dessas geminações e o entendimento, quase, perfeito entre CMSV e as Câmaras Portuguesas, baseada numa cultura conjunta, numa história que deve ser partilhada sem amarguras e sem rancor; "tentamos não lavar a história, mas lavar os nossos corações, a vida está pela frente. Nós não vamos recorrer ao passado para fundamentar as nossas relações com Portugal". Os Presidentes das Câmaras eram convidados a visitar São Vicente e, nessa altura, discutiam-se e eram apresentadas as necessidades da ilha. Não havia planos concretos, era conforme o potencial do Município geminado.

O balanço que faz das geminações é muito positivo, e, refere que, " inicialmente o dinheiro disponível na Tesouraria Municipal era essencialmente para o pagamento dos

funcionários, pois não havia dinheiro para investimento; e foi graças as geminações, que São Vicente conseguiu ser a cidade que é hoje, limpa organizada, apreciável e atractiva.

Foi graças a esse excelente trabalho de geminação, com resultados extraordinários, que acabou por ser enviado para Portugal, como Embaixador, para continuar a política de aproximação com Portugal, mas também com a Europa. Mas, salienta, que, doravante, se deveria pensar nas geminações com municípios de outros países, mais concretamente, com as ex.- colónias Portuguesas (Moçambique, Angola, Guiné, São Tomé e Príncipe e Timor Leste).

Inquirido sobre a “percepção que se tem, de momento, do arrefecimento das relações com as congéneres portuguesas, realça que *“Soubemos criar a geminação, mas não a soubemos manter, muito simples não fizemos a diplomacia Municipal, nós temos que ter iniciativas e não deixar parar esses processos, é preciso ter gente, criar um comité para cuidar da geminação, porque às vezes é um pretexto para os Presidentes irem a Portugal passar uns dias, mas geminação não é isso”*. Segundo Onésimo Silveira o arrefecimento também se deve a motivos políticos.

O inquirido conclui a sua intervenção, alegando que o futuro das geminações de São Vicente esta condicionado pela falta da diplomacia municipal.

Guião 2 -Inquirimos a Dra. Isaura Gomes, a primeira mulher cabo-verdiana a presidir uma Câmara Municipal no país, ela que ganhou dois mandatos consecutivos (2004 e 2012), mas que, infelizmente, por motivos de saúde, não pôde terminar o seu ultimo mandato.

Assim, inquirido sobre a duração do seu mandato, respondeu que foram seis anos, visto ter que renunciar no segundo mandato, por motivos de saúde. Mas que, sempre teve uma boa relação institucional, apesar de, às vezes, discordar, em algumas matérias, com o Governo Central; mas que era uma relação boa, e que, muitas vezes, convidavam os membros do governo para participarem em actividades comemorativas do dia do Município (22 de Janeiro), nomeadamente, nos fóruns para pensar São Vicente.

Perguntado sobre os benefícios alcançados com os acordos de geminação, durante o período em que esteve à frente da Câmara, ela partilha da opinião que a geminação é um processo de troca de experiencia mútua, em que as Câmaras geminadas pretendem estabelecer relações culturais, sociais, económicas. Contribuíram igualmente de modo a

sensibilizar os munícipes, de cada Câmara geminada, para os problemas que os afectam, sendo, portanto, uma aprendizagem mútua de cooperação.

Questionada se durante o seu mandato assinou mais algum acordo de geminação, ela responde que, iniciaram alguns contactos com uma Câmara da Madeira (Portugal) Brasil e uma outra com Shenzhen, uma cidade Chinesa, mas que não foi possível concretizar (embora com esta última tenha sido assinado o protocolo em S. Vicente, ficando por ratificar, porquanto seria necessária a deslocação do Presidente a China, mas que não foi concretizar), mas o importante é que conseguiram revitalizar as geminações existentes, levando um projeto cultural aos Municípios geminados, designadamente “À descoberta do Mindelo”, que era uma semana cultural realizada em Portugal, mais precisamente, nos municípios geminados com S. Vicente, com o objectivo de promover a ilha nas suas várias vertentes, nomeadamente, a cultura, a música, a gastronomia, o artesanato, etc.

Foi pedido a ex-autarca para fazer uma comparação das relações de cooperação entre os Municípios de São Vicente e as congéneres portuguesas, com as quais tem acordos de geminação, antes, durante e após o seu mandato, ela é da opinião que a Câmara de Oeiras, a primogénita das geminações, é a que mais apoiou S. Vicente em termos de equipamento e materiais de habitação; que as demais Câmaras deram maior contribuição a nível de formação e intercambio entre os Municípios, e que, por isso, durante o seu mandato se maximizou, essencialmente, a formação, realçando que “temos de ter em consideração que as Câmaras têm os seus problemas locais para resolver”.

Fazendo um balanço das geminações ao longo dos anos, a nossa inquirida assume uma posição positiva, dizendo que trouxeram benefícios na área económica, materializados através da concretização de alguns projetos camarários e também na melhoria dos serviços municipais, referindo, ainda, que a Câmara de São Vicente aproveitava a disponibilidade dos autarcas portugueses para sensibilizar os operadores económicos dessas cidades geminadas para investirem em São Vicente, ou mesmo em Cabo Verde, pois o objectivo desse trabalho de sensibilização era motivá-los para potencializar a vontade de alguns investirem em Cabo Verde.



A inquirida concluiu dizendo que o futuro das geminações do Município de São Vicente com as congéneres Portugueses passa pela continuidade dos processos, mas que isso irá depender e muito da situação das Câmaras geminadas; que a disponibilidade da Câmara de São Vicente é de maximizar essas já existentes e outras geminações vindouras, pois continua acompanhando as deslocações do actual Presidente da Câmara para determinados Municípios e tem essa percepção.

O terceiro inquirido foi o actual Presidente da Câmara, Dr. Augusto Neves, que pertenceu a equipa Camarária encabeçada pela Dra. Isaura Gomes. Foi quem a substituiu durante a renúncia do mandato em 2011, após vários pedidos de suspensão, tendo candidato e ganho as eleições, após o término desse mandato, em 2012.

Inquirido sobre às relações entre o Poder Central e o Poder Local, considera que a Câmara tem pautado, sempre, por um relacionamento de harmonia, que é fundamental, mas que isso não os impedia de reivindicar os direitos do Município, e que tem sido essa a luta, no sentido de se conseguir o melhor para S. Vicente.

Perguntado sobre os benefícios alcançados com esses acordos de geminação, durante o seu mandato, refere que continuam funcionando, com a única diferença que Portugal ainda não se recuperou completamente da crise económica que assolou o país nos últimos anos, o que interfere com a disponibilidade financeira para esses Municípios apoiarem S. Vicente; mas, partilha da opinião que se deve pensar em alargar as geminações a municípios de outros países, embora considera que pesa muito a questão dos laços culturais, históricos e a língua comum, o que facilita os acordos com os municípios portugueses. A prova disso é que *“nós potencializamos toda a cooperação já existente e revitalizamos outras a nível de geminação, como New Bedford, onde deslocamos, recentemente, para reafirmação da assinatura da geminação, reforçamos a geminação com Felgueiras, Oeiras, Porto e outras Câmaras, mas também estamos encetando contactos com outros países, como é o caso da Holanda, onde estamos criando condições para uma posterior geminação com um dos Municípios desse país”*.

Questionado sobre a ideia do arrefecimento dessas relações após o mandato da Dr<sup>a</sup> Isaura Gomes, evidenciado através da diminuição significativa de apoios que eram disponibilizados ao Município e mesmo das deslocações dos representantes desses municípios ao nosso país e vice-versa, considera que, realmente, as deslocações

reduziram-se, consideravelmente, o que pode ser justificado pela situação económica difícil que se tem vivido nos últimos anos, no mundo inteiro e, principalmente nos países em referência; mas que continuam recebendo apoios pontuais, nomeadamente de viaturas disponibilizadas pelas Câmaras de Felgueiras e Coimbra; que no entanto, a nível de educação, as cooperações continuam funcionando normalmente; disse que, de momento, a maior parceira da Câmara a nível de apoios é a de Rotterdam, mas que, de uma forma geral, a geminação continua muito forte.

O inquirido realçou que o balanço da cooperação entre S. Vicente e os Municípios portugueses é extremamente positivo, uma vez que conseguiram revitalizar as já existentes, ao mesmo tempo que vão tentando outros países, com destaque para a Holanda, nomeadamente a Câmara de Rotterdam, que já começou a dar os seus frutos, mesmo sem a assinatura de protocolo, o que deverá acontecer brevemente.

Quanto as perspectivas futuras das geminações, considera ser fundamental continuar a política de potencializar e revitalizar as existentes, mas também explorar outros destinos; e conclui a sua entrevista afirmando “que se tem feito muito nessa área, mas que ainda temos um bom caminho a percorrer”.

## **6.6 Comparação dos dois momentos da geminação**

Fazendo uma análise comparativa dos dois momentos distintos, de 1988 (data da assinatura do primeiro acordo de geminação do Município de S. Vicente com um homólogo português) a 2008, e a partir desta data, em que se tem a sensação do declínio dessas relações, aos nossos dias, a partir dos dados recolhidos e da análise das entrevistas feitas, podemos confirmar que não é uma sensação, mas sim a realidade, tanto ao nível das ações desenvolvidas, como dos apoios concedidos, das visitas que se realizavam de ambas as partes, tudo isso sofreu uma quebra considerável.

Durante o período em que o MPRS governou, de 1991 a 2004, logo após as primeiras eleições autárquicas, o Município foi governado por uma equipa Camarária que apostou fortemente na diplomacia Municipal, evidenciado através de contactos vários que se

traduziram em celebração de acordos de geminação, todos os assinados por esta Edilidade, até então.

Graças a esses acordos e os financiamentos conseguidos neste âmbito, foi possível desenvolver Projectos de grande importância para a ilha e para os seus munícipes, em que destacamos:

Quadro 1-Apoios das Congéneres Portugueses ao Município de São Vicente de 1991 a 2004

<b>Câmaras</b>	<b>Apoio em Infraestrutura e Equipamentos</b>
Oeiras	Construção do Polidesportivo de Oeiras/ Financiamento de habitação Social
Vagos	
Porto	Oferta de uma viatura para recolha de lixo/ Oferta de equipamentos de fisioterapia p/ HBS Modernização do Mercado de Peixe.
Coimbra	Financiamento de produções Literárias e de um subsídio para prevenção de DST.
Portalegre	Cópia do projeto do Aterro Sanitário de S. Mamede
Mafra	Financiamento do projeto de arrelvamento do Campo Torrada
Portimão	Oferta de camião de lixo e Contentores/ Financiamento do projeto de iluminação da Praça Estrela
Felgueiras	Oferta de equipamentos Informáticos/ Viatura para os Bombeiros Municipais Autocarros Escolares
Famalicão	Apoio nos projetos de construção dos Jardim-de-infância
Angra de Heroísmo	Oferta de livros Didáticos

De 2004 a 2012, a Câmara Municipal de S. Vicente foi governada pelo grupo independente, o Movimento Arco Íris, encabeçado por Dr.<sup>a</sup> Isaura Gomes, que renunciou no último ano do seu mandato, por motivos de saúde, tendo assumido um elemento da sua equipa, Doutor Augusto Neves.

Durante o primeiro mandato desse grupo, os apoios, as visitas e a cooperação em áreas como a educação, ambiente, saneamento, equipamentos informáticos, apoio de equipamentos e viaturas aos Bombeiros Municipais, envio de técnicos para ministrar

formação aos funcionários municipais, apoio no projecto de arrelvamento do campo “da Torrada”, intercâmbios culturais, etc., continuaram.

Com estes apoios esta Câmara, conseguiu dar mais atenção às condições de trabalho dos funcionários e de atendimento aos munícipes, traduzindo-se numa melhoria do nível de prestação dos serviços. Procedeu-se, ainda, à informatização dos serviços de Administração Fiscal, Tesouraria, Secretaria Geral de Expediente e do Gabinete Técnico, Cadastro Municipal e a interligação de todos os serviços desconcentrados da CMSV (Assembleia Municipal, Biblioteca, Bombeiros, Protecção Civil, Oficina e Parque-Auto).

De destacar, ainda, a promoção cultural e económica do país, em geral, e de S. Vicente, em particular, através do projecto “À descoberta do Mindelo”.

Foi a partir do segundo mandato, em 2008, que se começa a constatar uma quebra nas relações de cooperação e de amizade entre os Municípios de S. Vicente e de Portugal, acentuando-se a partir de 2011, após o afastamento definitivo da Presidente Isaura Gomes.

Facto comprovado pela diminuição das deslocações ao nosso país e vice-versa e dos apoios disponibilizados a partir dessa altura, conforme dados recolhidos junto da Divisão de Gestão Patrimonial Municipal, que indica alguns apoios esporádicos em materiais didáticos, equipamentos de limpeza pública, e cedência de algumas viaturas já usadas (uma ambulância, um autocarro e um carro de lixo).

Da entrevista feita ao atual Presidente, este justifica-se com a crise económica que envolveu Portugal nos últimos anos e da qual o país não se recuperou, ainda, completamente, e que compromete a sua política de cooperação; e, uma vez que o grosso das geminações de S. Vicente é com os Municípios portugueses, então fica-se com essa ideia do abrandamento dessas relações; mas, realça, que as relações de amizade e a vontade de cooperar continuem, assim como as visitas mútuas, com a única diferença de serem menos frequentes pela razão atrás referida.

Contudo, defende a procura de novos parceiros para S. Vicente, frisando que a Câmara que ele dirige já está a trabalhar nesse sentido.

**Quadro 2-Motivações que estiveram na base das Relações de Cooperação**

Motivações	Oeiras	Mafra	Coimbra	Portimão	Portalegre	Vagos	Felgueiras	Porto	Angra do Heroísmo
Económica									
Histórica	X	X		X	X	X	X		X
Cultural	X	X	X						
Humanitária	X			X	X		X	X	
Social								X	X
Outros Quais									

Relativamente as motivações que estiveram na base do estabelecimento das relações de cooperação, segundo os dados observados na tabela 1, verificamos que as motivações predominantes são a Histórica e Humanitária, em que são referidas como as primeiras motivações das relações de cooperação, a Histórica por sete autarquias, e Humanitária por cinco Municípios.

**Quadro 3-Dominios de Cooperação dos Municípios Portugueses com a CMSV**

Áreas Domínios	Oeiras	Mafra	Coimbr a	Portimão	Portalegr e	Vago s	<i>Felgueir as</i>	Porto	Angra do Heroísmo
Economic o				X	X			X	X
Comercio									
Serviço									
Industria									
Agricultur a									
Transporte									
Técnico									
Cultural	X	X	X			X			X

## Diagnóstico da Situação dos Processos de Geminação entre S. Vicente e os Municípios Portugueses

Formação			X		X	X			
Educação	X		X	X			X	X	X
Ambiental	X			X					X
Infra- estrutura	X								
Saúde	X							X	
Desporto	X	X		X	X			X	
Turismo		X		X	X				
Social	X	X			X			X	
Tecnologia								X	X

Análise da tabela dos domínios de actuação:

Relativamente aos domínios de cooperação verificamos que, de acordo com os dados apurados e apresentados na tabela a maioria dos Municípios Portugueses desenvolve acções de cooperação nos domínios educação, Cultura, Formação e Desporto. Seguem-se os domínios Social, Ambiental e Económico com os Municípios a desenvolverem acções nos mesmos domínios.

Os domínios de cooperação menos referidos são os seguintes: Tecnologia e Saúde.

Podemos observar, também, que os Municípios que referem mais domínios de cooperação são os Municípios de Oeiras e de Porto nos domínios apresentados na tabela.

## Conclusão da Investigação

Concluída a investigação, impõe-se retirar algumas conclusões que, sinteticamente, permitam compreender o alcance da análise, acentuando os aspectos mais relevantes que decorrem da mesma. Obviamente, não se tem a pretensão de tirar conclusões definitivas sobre todos os aspectos que foram sendo expostos ao longo das páginas precedentes e, muito menos, se tem a pretensão de considerar o tema esgotado.

Concluiu-se, assim, através dos dados recolhidos e das entrevistas realizadas que, as relações de cooperação e amizade entre os Municípios de S. Vicente e os de Portugal evoluíram muito bem ao longo desses anos, de 1988 a 2008, altura que se pode considerar que elas atingiram o seu auge, comprovado através dos vários apoios disponibilizados pelas Câmaras geminadas e que os dirigentes souberam aproveitar em prol do desenvolvimento da ilha e do bem-estar dos munícipes.

A partir de 2008, essas relações começaram a ressentir de algum desalento, acentuando-se, consideravelmente, a partir de 2011. Portanto, elas continuaram, mas não com a mesma dinâmica de antes. Também comprovado pela diminuição significativa desses mesmos apoios e das deslocações realizadas de ambas as partes.

Da pergunta de partida “Qual é a real situação das relações de cooperação e de amizade entre o Município de S. Vicente e os Municípios de Portugal?” que deu início ao nosso estudo, visando confirmar ou não o enfraquecimento dessas relações, pode-se afirmar que houve, de facto, um abrandamento, comprovado pelos dados recolhidos e pelas entrevistas feitas aos actores directos (Presidente da Câmara atual e os ex-Presidentes).

**Da investigação realizada** pode-se apontar as seguintes causas para tal situação:

- 1º A crise económica que atingiu Portugal desde 1998 da qual o país não se recuperou, ainda, completamente e que compromete a sua política de cooperação;
- 2º Motivos políticos, nomeadamente mudança do Governo Local, nos Municípios em referência, com implicações na política das geminações.
- 3º A ausência de uma diplomacia Municipal activa, com capacidade para elaborar projectos, traçar objectivos e metas e uma equipa dinâmica para fazer o acompanhamento. Pois, a geminação precisa ser cuidada e mimada para que ela possa

dar os frutos desejados. E para isso é necessário ter uma equipa disponível, dinâmica e motivada para trabalhar nessa área. Há, pois, que desconcentrar nesse sentido, criando e apoiando equipas para o efeito.

Analizado o trabalho feito pelos autarcas Mindelenses, ao longo dos anos em estudo, com os apoios colocados à disposição pelas Câmaras geminadas, é de louvar o trabalho realizado, pelo que é de se realçar a necessidade de reanimar os processos de geminação, por forma a resgatar a sua importância de outrora no processo de desenvolvimento de S. Vicente.

Neste âmbito, os autarcas, enquanto promotores e dirigentes da cooperação descentralizada, têm um papel preponderante, pois sendo os principais interessados e intervenientes na matéria, deverão ter uma acção activa e envolvente, por forma a abraçar todas as oportunidades que possam surgir e toda a sociedade civil no processo. Pois sendo, a geminação um processo tão complexo, exige o envolvimento de todos. E era exactamente isso que se sentia com as visitas do Dr. Isaltino de Moraes, principalmente, em que todos, inclusive as crianças, sabiam de quem se tratava e chamavam-no pelo nome. E é isso que dá vida aos processos de geminação.

O futuro das geminações no Município de S. Vicente, passa, portanto, pela capacidade, empenho e vontade política dos dirigentes municipais em promover essa aproximação entre os municípios geminados, não só a nível dos autarcas, mas também dos seus munícipes. Conseguindo isso, as demais acções virão com facilidade, pois, mesmo sendo a situação económica difícil, existem outras formas de cooperar que não seja, necessariamente, financeiro. Validando, assim, a hipótese de trabalho apresentada segundo a qual: “Um maior dinamismo por parte dos dirigentes municipais nos processos de geminação permitirá resgatar a sua importância de outrora no processo de desenvolvimento de S. Vicente”.

Também a procura de novos parceiros, como já se verifica, para assinatura de novos acordos, poderá ser mais uma forma de revitalizar o processo no geral.



### **Recomendações**

Com as ilações tiradas do estudo realizado, propõe-se as seguintes recomendações, visando a reanimação dos processos de geminação já existentes:

Desenvolver, conjuntamente, com outras entidades (geminadas ou com protocolo de colaboração), com ligações aos mesmos municípios, projectos concertados e articulados de intervenção estrutural.

Promover o trabalho conjunto das geminações;

Responsabilizar os municípios pelo desenvolvimento das acções a implementar e pela continuidade das mesmas;

Promover, cada vez mais, acções direccionadas para a comunidade, envolvendo os seus líderes, as autoridades locais e a população local;

Empreender programas de cooperação, tendo em vista o desenvolvimento mútuo numa base de interesses e opções de cada Município e de acordo com as possibilidades existentes em cada momento;

Considerar as áreas da economia, cultura, educação, desporto, saúde e acção social, planeamento e urbanismo, bem como, ambiente e turismo como uma vertente essencial das geminações, mobilizando, em conformidade, os incentivos e meios considerados adequados;

Promover encontros regulares de delegações qualificadas, dos dois Municípios, para discussão dos planos a desenvolver e avaliação dos resultados dos projectos implementados;

Fixar os objectivos, financiamentos e a responsabilidade dos projectos de cooperação, sempre que tal se justifique, em mútuo acordo, mediante parceria especial;

Prestar todo o apoio possível em cada momento às delegações que se desloquem ao seu território, para estágios de formação ou outras iniciativas a considerar.

Criação de um gabinete, na Camara Municipal com funcionários Municipais competentes, para dar continuidade aos projectos em curso e para cuidar da geminação no geral.

Melhoramento das relações entre o poder central e o poder local, independentemente da orientação politica dos seus dirigentes, possibilitando assim uma melhor integração institucional. Sendo o poder local considerado um parceiro essencial no processo de desenvolvimento do país, tal é imprescindível de modo a possibilitar uma parceria cada vez mais forte entre esses dois poderes, num clima de respeito e colaboração mútua.

## BIBLIOGRAFIAS

- 1995 Estatuto dos Municípios de Cabo Verde
- 2000 Censo, Recenseamento Geral da População e Habitação
- 2008 Relatório de Actividades da Câmara Municipal de São Vicente
- 2010 (1 de Fevereiro) III Encontro do Governo com os Chefes das Missões Diplomáticas e de Organismos Internacionais acreditados em Cabo Verde, Mindelo.
- 2012 Relatório de Actividades da Câmara Municipal de São Vicente
- 2013 Relatório de Actividades da Câmara Municipal de São Vicente

A ANMCV, (2002). O Poder Local e o Processo de Descentralização em Cabo Verde, pertencente ao site < <http://www.anmcv.net/anmcv/docs/processo>

Afonso, M. M. & Fernandes, A. P. (2005). AbCD Introdução à cooperação para o desenvolvimento. Lisboa: Instituto Marques de Valle Flôr/OIKOS.

Afonso, M. M. & Fernandes, A. P. (2005). AbCD Introdução à cooperação para o desenvolvimento. Lisboa: Instituto Marques de Valle Flôr/OIKOS.

Afonso, M. M. (1995). Cooperação para o desenvolvimento: característica, evolução e perspectivas futuras. Lisboa: CIDAC.

Afonso, Maria Manuela (1998), Cooperação Descentralizada. O caso dos municípios portugueses, Lisboa: CIDAC.

Afonso, Maria Manuela e Fernandes, Ana Paula (2005), ABCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento, Instituto Marquês de Vale Flor e Oikos.

Almada, D. H. (2006). Pela cultura e pela identidade: em defesa da cabo-verdianidade. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Alves, M. I. P. (1996). As ONG na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento. Lisboa: CIDAC.

Alves, M. I. P. (1996). As ONG na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento. Lisboa: CIDAC.

Amado, L. (2003). A cooperação internacional para o desenvolvimento. JANUS, 45-52.

AMARAL, D. (2006), Curso de Direito Administrativo, Volume I, 3ª Edição, Coimbra, Almedina, Volume X, S/N, 219-800

AMARAL, D. (2006), Curso de Direito Administrativo, Volume I, 3ª Edição, Coimbra, Almedina, Volume X, S/N, 219-800.

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação?

Amaro, Rogério (2000), “O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento”, Desenvolver (Des) Envolvendo-Reflexões e pistas para o desenvolvimento local, Alentejo, ESDIME, pp.155-169.

Amaro, Rogério (2001), “Desenvolvimento local, aproximações a conceitos”, em Leão, Laura (org) (2001), Desenvolver, (Des) envolvendo, Reflexões e pistas para o desenvolvimento local, Alentejo, ESDIME.

Barata, Manuela (2001), “O Programa de Cooperação Intermunicipal”, in CMS

BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S. K. (1994), Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e os Métodos, Porto Editora, Porto.

Cardoso, M. M. (2002). A cooperação entre Cabo Verde e a União Europeia: cooperação bilateral e multilateral com a ilha de Sto. Antão. In Cadernos de Estudos Africanos. n.º 3, Julho/Dezembro de 2002. Problemáticas políticas em África. Lisboa: Centro de Estudos Africanos – ISCTE

CAUPERS, J. (2007), Introdução ao Direito Administrativo, 9ª Edição, Lisboa, Âncora Editora, Volume X, S/N, 94-148.

Coimbra: Edições Almedina.

Colóquio Internacional sobre a “Descentralização e a Divisão Administrativa: Que Modelos Para um Pequeno Estado Arquipelágico como Cabo Verde, intervenções, Primeiro-ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves.

Cooperação Portuguesa - Programa Indicativo de Cooperação Portugal/Cabo Verde –2005/2007. Lisboa: IPAD

Costa, Fernando Marques e Falé, Natália (1992), Guia Político dos PALOP, Editorial Fragmentos, Lda./Fundação de Relações Internacionais

Costa, Maria do Rosário e Ferreira, Manuel Ennes (2004), Geminações Autárquicas e CPLP: Que articulação no apoio ao desenvolvimento económico local, Centro de Estudos Sociais, Coimbra

Documentos Oficiais

Encontros e Seminários

Évora, R. (2004). Cabo Verde, a abertura política e a transição para a democracia.

Fauré, Yves. (2005), O Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro: estudos avançados nas realidades municipais, Rio de Janeiro, E-papers.

Fontaine, P. (1995). A União Europeia. Lisboa: Editorial Estampa, 1ª Edição.

FORTIN, M. F. (2006), Fundamentos e etapas do processo de investigação, Lusodidacta.

GIL, A. C. (1999), Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. Atlas, São Paulo.

GODOY, A. S. (1995), Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro: FGV, Vol. 35, No 2, 57-63.

GRAÇA, E. (2010). O desenvolvimento local e o processo de descentralização em Cabo Verde “o caso de São Vicente”. Tese de mestrado em gestão do desenvolvimento e cooperação internacional. São Vicente. Disponível na biblioteca da Universidade do Mindelo.

Linhas Gerais da Historia do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo. (1984).Lisboa. MHOP, Direcção Regional Barlavento, Gabinete de Planeamento 82, PDU Mindelo.

Lopes, J. V. (2003). Cabo Verde – os bastidores da independência. Mindelo: Centro Cultural Português - Praia/Mindelo.

Mazula, Aguiar et al. (1998), Autarquias Locais em Moçambique. Antecedentes e regime jurídico, Lisboa-Maputo.

Monteiro, E. (Abril 2007) Poder Local e Divisão Administrativa em Cabo Verde no Pós-Independente (1975-1990).

Monteiro, F. (2004). Cabo Verde na encruzilhada do Atlântico. In Revista Estratégia. N.º20, 1º Semestre. Cabo Verde: um caso insular nas relações Norte-Sul (pp.19-30). Lisboa: IEEI.

Monteiro, F. (2004). Cabo Verde na encruzilhada do Atlântico. In Revista Estratégia.n.º20, 1º Semestre. Cabo Verde: um caso insular nas relações Norte-Sul Lisboa.

Monteiro, R. L. (1997). A África na política de cooperação europeia. Lisboa: ISCSP.

NEVES, M. J. (2004), Governo e Administração Local, Coimbra, Coimbra Editora, Volume X, S/N, 9-151.

Pereira, D. A. (2005a). Estudo da história de Cabo Verde, 2º Edição. Praia: Alfa-Comunicações Lda.

Pereira, D. A. (2005b), Cabo Verde, trinta anos de independência nacional. In Revista Internacional de Estudos Africanos. n.º8. Os Estados lusófonos em África - 1975-2005,pp. 99-108). Porto: African Studia.

Pinto, J. F. (2005). A integração regional e a cooperação como factores determinantes do desenvolvimento abrangente e sustentado de África. In F. M. Roque (Coord.). O desenvolvimento do continente africano na era da mundialização. Coimbra: Edições Almedina.

Pinto, J. F. (2005). A integração regional e a cooperação como factores determinantes do desenvolvimento abrangente e sustentado de África. In F. M. Roque (Coord.). O desenvolvimento do continente africano na era da mundialização.

Praia: Spleen Edições.

RAMOS, M. (1999). Congresso da ANMCV, Descentralização e Cooperação: Perspectivas, Anseios e Preocupações para o Novo Milénio, Praia.

Ramos, M. (2012). Direito das Autarquias Locais. Imprensa Nacional de Cabo Verde.

## **Revistas**

Rocha, Pedro Alexandre (1997), “A Evolução do Poder Local em Cabo Verde”, in ANMP/ANMCV (1997a).

Romana, H. A. C. B. (1997). São Tomé e Príncipe: elemento para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades. Lisboa: ISCSP.

Romana, H. A. C. B. (1997). São Tomé e Príncipe: elemento para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades. Lisboa: ISCSP.

Sangreman, Carlos; et al (2010) A Cooperação Descentralizada e as Dinâmicas de Mudanças em Países Africanos, Cesa e ACEP2002), Constituição da República Portuguesa-de acordo com a Revisão de 2001, 12.<sup>a</sup> edição, Lisboa: Quid Juris?-Sociedade Editora Ld.<sup>a</sup>.

Santos, Jacinto (1999b), “Sobre a Descentralização em Cabo Verde”, in Direito e Cidadania, Ano III, número especial, Maio de 1999.

Santos, Jacinto Abreu (1997), “Discurso de S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios Caboverdeanos”, in ANMP/ANMCV (1997a), pp. 1-5.— (1999c), “Cooperação Intermunicipal no quadro da Cooperação Descentralizada”, in CIDAC.

Silveira, O. (1998). Contribuição para a Construção da Democracia em Cabo Verde.

Silvestre, Alda (1994), Cabo Verde. Na Rota da Internacionalização, 1.<sup>a</sup> edição, Lisboa: C.G.D., S.A.-GEE

Soncent: Revista Municipal, Janeiro/Fevereiro 2007, n.º 10.

Soncent: Revista Municipal, Março/Abril 2007, n.º 11

Trindade, A. J. P. (2006). Desenvolvimento económico, integração regional e ajuda externa em África. Lisboa: Instituto Superior das Ciências Sociais e Humanas.

Veiga, A. C. Descentralização: Conceitos e Perspectivas I Congresso das Câmaras Geminadas Luso-Cabo Verdianas, 19 e 20 de Janeiro de 2007, Câmara Municipal de São Vicente

Velez, Miguel (2001), “Das experiências ao DL como alternativa em construção” em Leão, Laura (Org) (2001), Desenvolver, (Des) envolvendo, Reflexões e pistas para o desenvolvimento local, Alentejo, ESDIME, pp. 137-144.

### **Sitografia**

[Www.governo.cv](http://www.governo.cv)

[Www.ine.cv](http://www.ine.cv)

[Www.reformadoestado.gov.cv](http://www.reformadoestado.gov.cv)

[Www.alfa.cv](http://www.alfa.cv)

[Www.asemana.sapo.cv](http://www.asemana.sapo.cv)

WEBSITE<http://www.cmsv.cv/>



**ANEXOS:**

**Quadro 4 - Áreas de actuação e data de assinatura dos geminados**

Câmara	Área	Data Geminção
Oeiras	Saneamento, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Recursos Humanos, Social	19.06.1988
Vagos	Formação Profissional, Cultura	28.05.2015
Porto	Tecnologia de informação, Assistência Social e Desportiva, Educação	16.11.1992
Coimbra	Educação Formação Profissional, Cultural	13.12.1994
Portalegre	Social, Cultural, Empresarial, Económica, Desportiva e Turística	07.04.1997
Mafra	Social, Cultural, Desportiva, Turística	19.03.1998
Portimão	Educação Desportivo, Economico e Turístico	11.05.1998
Felgueiras	Educação	13.07.1998
Famalicão	Cultura, Social, Educação, Turismo, e Economico	23.10.2001
Angra do Heroísmo	Educação, Cultura, Actividades Económicas, Actividades técnicas e científicas	19.11.2003

### **Entrevista 1- Doutor Onésimo Silveira.**

Sou estudante do curso de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Mindelo, e estou fazendo a minha monografia, cujo tema a desenvolver é “Diagnostico da Situação dos Processos de Geminação entre São Vicente e os Municípios Portugueses”.

Para o devido efeito foi preparado este guião em que a sua resposta é de extrema importância para o estudo que pretendemos.

#### **1 - Quantos anos esteve à frente da Câmara Municipal de São Vicente?**

Foi para cima de dois mandatos, porque tive um mandato intercalar, fui único Presidente que levou a queda da Câmara e a eleições intercalares, de modo que tive mais de dez anos na Câmara.

#### **2- Qual era a relação entre o poder local e poder central durante o seu mandato?**

Muito mau, porque o Governo central era o MpD não reconhecia sobretudo na Câmara Municipal de São Vicente a autonomia para estabelecer acordos de geminação, mais ainda quando os Presidentes vinham cá em visita nós os tratávamos com galhardia, era música na porta da Câmara, era banquetes com música, por tudo isto o Governo pensava que era para lhe retirar protagonismo, de facto retirava, mas também eles não queriam saber de nós. A geminação com Câmara do Porto foi feita contra o desejo do poder central, inclusivamente tentaram mandar gente à Câmara do Porto pedindo ao Presidente Fernando Gomes que a geminação se fizesse com a Câmara da Ribeira Grande, eu e o Veiga fomos ao Tribunal por causa disso, mas todas as vezes que ele me mandava para o Tribunal eu ia lá e dizia eu venho repetir aqui o que eu digo sempre, porque aquele Governo era um Governo muito mau para São Vicente, eles não tinham confiança em mim. De maneira que nós fomos convidados, pelo embaixador de França que estava aqui, para começar uma geminação com o Município Essantdermoi em França, estive lá e fomos muito bem recebidos, tao bem recebidos que o Presidente Mitterrand, convidou-se para um Banquete no palácio de Paris, eu era a primeira pessoa depois de Aristides Pereira a colocar os pés nesse espaço, mas cinco antes da vista o Presidente António Mascarenhas telefona a dizer que o Presidente do Senegal Abdulyuf vinha a Cabo Verde e que ele não dispensava uma visita a São Vicente, porque ele era meu amigo eu tinha trabalhado numa Universidade em Dakar encontrávamos

sempre, de maneira que eu tive de dizer ao Presidente eu estava para ir a França, mas acabei por ficar.

### **3– Quando é que surgiu a ideia de fazer geminação com as Câmaras Portuguesas?**

Eu tinha na minha política Municipal o estreitamento das relações, porque as Câmaras estão mais próximas do povo, do que o poder central, eu queria levar algum calor, alguma compreensão mais actual a rasão da nossa amizade com Portugal, eu queria apagar toda a magoa que tivesse nas nossas relações, por causa da luta da libertação, ou por causa da independência, foi por isso que eu fiz isso e deu resultados extraordinário inclusivamente acabei por ser enviado para Portugal como Embaixador que era para continuar a aproximação não só de Cabo Verde e Portugal, mas também da Europa, em Portugal eu aproximei das Entidades, dos Governadores, Comandantes Militares, que tinham vivido em Cabo Verde, todos me apoiaram, quem não nos apoiou e devia nos apoiar foi o Durão Barroso, mas quando falamos com ele sobre a questão de nós aproximarmos da Europa ele não fez nada; com o Governo Português foi a pressão feita, através do Embaixador de Portugal em Cabo Verde Engenheiro Anacoreta Correia e Freitas do Amaral ele é que lavraram o primeiro documento em que nós apresentamos um esboço, mas bem pensado sobre aquilo que nós podíamos ter feito, mas o acordo de cooperação que fizemos com a Europa podia ficar mais adiantando se tivéssemos situado nos diplomatas e tivéssemos feito uma diplomacia que eles não fizeram, mas depois eu vinha a compreender que os nossos Diplomatas na Europa não estavam habilitados a dizer qual era a nossa ligação com a Europa e agora como disse há dias o Eurodeputado Ribeiro e Castro as coisas estão bem economicamente, mas não tão bem, politicamente.

### **4– Quais os benefícios alcançados com as geminações, enquanto o período em que esteve à frente da Câmara?**

Mindelo fala isso, inclusive nós construímos a Praça Estrela onde a história de São Vicente está contada e cantada em azulejo, as nossas praças, fizemos bairros sociais com muita classe, não são essas casinhas de pomba que estão a fazer neste momento, e projetamos a Câmara de São Vicente no exterior em termos e em moldes que nenhuma das Câmaras do país consegui fazer, inclusivamente, eles telefonavam-me das outras ilhas para lhes ajudar a estabelecer o processo de geminação com outras Câmara Portuguesas.

**5– Quais os factores de sucessos dessas geminações?**

Era um entendimento quase perfeito entre nós e as Câmaras Portuguesas, baseada numa cultura conjunta, numa história que devemos partilhar sem amarguras e sem rancor, tentamos não levar a história, mas levar os nossos corações, a vida está pela frente nós não vamos recorrer ao passado para fundamentar as nossas relações com Portugal.

**6– Quando era Presidente e fazia as geminações tinha objetivos concretos, plano específicos para cada Município quando fazia uma geminação?**

Convidava-os para virem cá nós discutíamos eu apresentava as nossas necessidades, repara São Vicente está todo iluminada graças as Câmaras Municipais geminadas com Portugal, eles iluminaram também os nossos campos de jogos, Jotamonte, Polivalente de Oeiras, eu tinha panos para manga tudo estava no bom caminho.

**7– Qual é o balanço que faz das geminações feitas na Camara Municipal no seu tempo enquanto Presidente da Câmara?**

O balanço é muito positivo, eu lembro-me perfeitamente de que quando entramos na Câmara nós encontramos um orçamento Municipal de sessenta e três mil contos, dos quais cinquenta e três era para pagamento dos funcionários, não havia dinheiro para investimento, mas quatro meses depois já tínhamos aqui carros de lixo, nós fomos os primeiros a recolher o lixo porta a porta, depois é que introduziram isso nas outras ilhas, aqui começamos a dizer às pessoas para guardarem o lixo que nós íamos lá buscá-lo, isso pegou nós adquirimos vários carros de lixo inclusive nós enviamos um carro de lixo a Câmara de Porto Novo, fiquei magoado porque comecei a dar passos para que tivéssemos uma lixeira, não como a que temos hoje a céu aberto, mas uma lixeira para processar o lixo.

**8- Porque que os Autarcas Cabo-Verdianos privilegiam as geminações com os Municípios Portugueses?**

São por causa das relações históricas e culturais, é um dado político extremamente bom para Cabo Verde, tanto a nível Municipal como a nível internacional, agora temos é que ver as Câmaras de países onde temos Cabo-Verdianos, isso foi uma das causas que levou a geminação com New Bedford, mas esta geminação nunca funcionou.

**9- Na sua opinião qual é o motivo do arrefecimento nesse momento das geminações na Câmara de São Vicente com as Câmara Portuguesas suas congéneres?**

Soubemos criar a geminação, mas não a soubemos manter, muito simples não fizemos a diplomacia Municipal, nós temos que ter iniciativas e não deixar parar esses processos, é preciso ter gente, criar um comité para cuidar da geminação, um comité que pensasse programas e não aproveitar, porque às vezes é um pretexto para os Presidentes irem a Portugal passar uns dias, mas não é isso.

**10-Acha que a Geminção deve ser uma pasta afecta ao presidente ou que fosse da responsabilidade desse Comité?**

Acho que isso depende da outra parte, de quem cuida da geminação num outro lado, isto está subordinado à estrutura orgânica administrativa da geminação, por exemplo em Oeiras eles tinham lá uma Vereadora que tratava da geminação, podia ser com o Presidente, mas deviam arranjar um comité, uma vez que se trata de algo muito importante.

**11-Qual é o balanço que faz da geminação?**

Muito positivo, a geminação abriu portas institucionais em Portugal, agora devemos pensar nas geminações com a ex- colónias Portuguesas (Moçambique, Angola, Guiné São Tomé e com Timor).

A excelente relação que eu tenho com Isaltino contínua, Isaltino fez muito por São Vicente ele ajudou muito São Vicente, quando ele recebia uma alta individualidade lá em Oeiras, assim como quando ele recebeu Saramago ele mandou-me um convite para ir lá e apresentávamos como sendo uma pessoa de Cabo Verde e assim divulgava Cabo Verde, ele era um homem que tinha uma atitude extremamente rica e positiva em relação a São Vicente.

**12-Neste momento o que pensa do Futuro das geminações em São Vicente?**

Falta a diplomacia, porque se não há, não vamos chegar a lado nenhum.

**Entrevista 2 - Dr.<sup>a</sup> Isaura Gomes**

**1-Quantos anos esteve à frente da Câmara Municipal de São Vicente?**

Acho que foram seis anos, estive durante um primeiro mandato, no segundo mandato adoeci no meio do mandato, portanto foram, praticamente, seis anos.

**2- Durante o seu mandato, qual era a relação entre o poder local e o poder central?**

Penso que foi, sempre, uma boa relação boa institucional, apesar de às vezes discordarmos em algumas matérias, nós muitas vezes, convidávamos membros do governo para participar em algumas atividades comemorativas de São Vicente, nomeadamente nos fóruns para pensar São Vicente, nas datas do Município, assim as relações eram relações boas, embora às vezes pudéssemos discordar em um ou outro ponto, mas isso é normal.

**3- Ao assumir a CMSV, encontrou já uma política de cooperação descentralizada (mais concretamente intermunicipal) implementada, materializada, entre outros, através de acordos de geminação com alguns municípios portugueses. Quais os benefícios alcançados com esses acordos, durante o período em que esteve à frente da Câmara?**

A geminação é um processo de troca de experiência mútua, em que as Câmaras geminadas pretendem estabelecer relações culturais, sociais, económicas, de modo a sensibilizar os Munícipes de cada Câmara geminada para os problemas afectos aos Munícipes e aos Municípios em causa, por exemplo, eu tive a oportunidade de participar em encontros com as nossas comunidade em algumas Câmaras geminadas o que permitia passar a apresentar os nossos projetos, as nossas intenções, ao mesmo tempo que aproveitávamos esses encontros para sensibilizar a nossa comunidade a participar, cada vez mais, nas comunidades em que estão inseridas nas Câmaras geminadas, portanto como eu disse é uma aprendizagem mútua de cooperação.

**4- Durante o seu mandato assinou mais algum acordo de geminação? Sim/Não, porque? (outro país porque?)**

Penso que assinamos um acordo com a Câmara de Santa Cruz da Madeira, iniciamos um projecto com uma Cidade Chinesa, mas não foi concluída, iniciamos o processo, mas depois eles ficaram para responder para dar continuidade, mas não foi dado, mas o importante e que conseguimos potencializar aquelas que existiam em termos de formação profissional e também de aproveitar as oportunidades que nos eram dada; para que alguns dos nossos funcionários pudessem participar em formações em áreas

que para nós eram mais carentes, mas de uma maneira geral potencializamos as geminações existentes, isso também, como deve calcular, depende muito das relações que se estabelecem entre os Presidentes, das relações interpessoais, também temos de ter em conta as dificuldades que as Câmaras geminadas às vez passam, , de uma maneria geral dizemos que conseguimos potencializar essencialmente as ligadas a área de formação profissional e as outras formações de uma maneira em geral, estabelecendo protocolos com institutos ou com Universidades sediadas nas cidades dos Municípios em que a Câmaras tem os acordos de geminação, isso é extremamente importante se pensarmos que de facto o desenvolvimento faz-se é através da capacitação humana e para nós foi a nossa ofensiva maior, não discordando outros aspectos nomeadamente o aspecto cultural, porque conseguimos levar às Câmaras geminadas um projecto chamado de exemplo Coimbra a descoberta de Mindelo, ou seja era um projeto em que levávamos um bocadinho da cultura cabo-verdiana aos Municípios geminados, mas também a dança, a culinária, a escrita, o cinema, de facto era um semana cultural que Mindelo ofereceu as cidades portuguesas geminadas, levando um pouco das realidades culturais da nossa ilha, gostaríamos de transformar Mindelo, e quem sabe em o “Oeiras de Cabo Verde”, já que Oeiras é uma linda cidade, mas as dificuldades são muitas fazemos aquilo que foi possível fazer, como sabe São Vicente não tem as riquezas que Oeiras tem, mas com os apoios conseguimos melhorar os nosso serviços de proteção civil, os nossos serviços de saneamento, os serviços ligados a educação ambiental, ligados também a problemas sociais, conseguimos também elaborar projetos de entre os quais que tínhamos visto em Oeiras, portanto em geral fomos fazendo aquilo que foi possível dentro dos condicionalismos dos recursos da ilha.

**5- Na sua opinião, qual é a razão pela qual os autarcas Cabo-Verdianos privilegiam as geminações com os Municípios Portugueses?**

É essencialmente pela questão da língua, e também porque os outros países não tem muito esse estilo de cooperação, a cooperação é mais a nível da cooperação central, é mais a nível central, a geminação é mais vivido pelas cidades Lusófonas, os outros países preferem apoiar as Câmaras mas através da cooperação central, a cooperação com o governo aí então terão projetos financiadas através da cooperação central.

**6- Fazendo uma comparação das relações de cooperação entre os Municípios de S. Vicente e as congéneres portuguesas com as quais tem acordos de geminação, antes, durante e após o seu mandato, na sua opinião o que mudou? E porque?**

Nós tivemos a oportunidade de ver que a Câmara de Oeiras que é a geminação mais antiga, foi a Câmara que mais apoiou em termos de equipamento e matérias de habitação, as outras Câmaras optavam para a cooperação a nível de formação e intercambio entre os Municípios, é por isso que houve muitas visitas de profissionais de outras Câmaras que vinham a São Vicente, a participação de muitos quadros das Câmaras geminadas nos fóruns que nós realizávamos, por isso que maximizei essencialmente a questão de formação que penso ser uma área muito importante, em relação a cedência de equipamentos as Câmaras vão fazendo o que é possível fazer, porque também têm os seus problemas locais para resolver, mas de uma maneira geral como eu disse maximizei a questão referente a formação.

**7- Qual o balanço que faz da geminação na CMSV ao longo desses anos?**

Eu penso que é uma acção positiva, porque como eu disse, além de nos trazer algum benefício na área económica essencialmente como eu disse na concretização de alguns projectos que a Câmara Municipal tinha e também no momento melhorasse alguns dos serviços Municipais e também porque não dizer que a Câmara Municipal de São Vicente aproveitava sempre essa disponibilidade para sensibilizar os operadores económicos dessas cidades para investirem em São Vicente, ou mesmo para investirem em Cabo Verde, porque de uma maneira geral todo esse trabalho de sensibilizar para conhecerem melhor o nosso país e tinha por objetivo potencializar a vontade de alguns investirem em Cabo Verde.

**8- Como perspectiva o futuro das geminações do Município de SV com as congéneres portuguesas?**

Eu acho que nessa matéria é continuar a dar a continuidade, mas como calcula isso vai depender muito da situação das Câmaras geminadas do outro lado, eu penso que a disponibilidade da Câmara de São Vicente é cada vez de maximizar essa vontade, essa aprendizagem mutua é extremamente positiva, não vou fazer um apanhado porque já sabes das áreas de atuação que foram contempladas e de facto houve intervenções extremamente importantes e penso que continuam a existir porque acompanho as vistas



do Presidente da Câmara para determinados Municípios, eu acho que o caminho é continuar, não só de procurar outras geminações, mas de potenciar aquelas já existentes.

### **Entrevista 3 - Doutor Augusto Neves**

**1- Assumi a CMSV após a renúncia da Dr<sup>a</sup> Isaura Gomes em 2011 e já se encontra praticamente no término do seu primeiro mandato, após a sua vitória nas eleições autárquicas em 2012, como são as relações entre o poder local e o poder central.**

Na Câmara sempre pautamos por um relacionamento com o poder central de harmonia, que é fundamental, mas isso não impede de exigirmos aquilo que o Município tem direito e tem sido essa a nossa luta para que São Vicente realmente tenha o melhor, tem sido mais ou menos a organização que seguimos, mas de qualquer forma não pensamos em entrar em conflito com o governo, mas sim seguir no diálogo para realmente São Vicente tenha aquilo que a ilha tenha direito.

**2- Ao assumir a CMSV, encontrou já uma política de cooperação descentralizada (mais concretamente intermunicipal) implementada, materializada, entre outros, através de acordos de geminação com alguns municípios portugueses. Quais os benefícios alcançados com esses acordos, nesse seu primeiro mandato?**

Muitos, muitos, nós potencializamos toda a cooperação já existente, revitalizamos outras cooperações nível de geminação como New Bedford, fomos lá fazer assinatura da geminação reforçamos a geminação com Felgueiras, com Oeiras, com Porto, com outras Câmaras e nós temos tido uma cooperação muito boa, especialmente com Felgueiras a geminação tem sido espetacular a nível de tudo aquilo que está escrito no protocolo, mas também estamos entrando noutros espaços como é o caso de Holanda, nós estamos criando condições para posterior geminação, nesse momento nós trabalhamos basicamente com as empresas na Holanda, nós estamos trabalhando para uma posterior uma geminação, tendo em conta dois Municípios Portuários, tem sido isso o nosso trabalho, fortalecer e potencializar tudo aquilo que realmente nos poderá dar a geminação.

**3- Mas benefício concreto com as outras Câmaras geminadas Portuguesas como é que estão?**

Olha a nível de formação, aumentaram as vagas de formação e nalguns Municípios bolsas, é o exemplo de Angra de Heroísmo em que nós temos alojamento, propinas pagas, noutras como a Câmara do Porto, nós lá aumentamos o número de vagas e bolsas porque lá algumas tem facilidades e outras não, reativamos aquilo que já estava estabelecido, tem sido um trabalho muito forte que nós temos feito a nível de geminação.

**4 - No seu mandato assinou mais algum acordo de geminação? Sim/Não, porque? (outro país porque?)**

Em Portugal nós basicamente rentabilizámos os que já existiam, porque a Câmara de São Vicente está geminada com quase todos o Municípios Portugueses, agora nós assinamos uma grande geminação que é a com New Bedford durante esse mandato começamos a trabalhar também a geminação com Câmara de Roterdão criando as condições para uma futura geminação, com essa Câmara que é uma Câmara muito forte embora já começamos a trabalhar com várias empresas, sediadas no Município de Roterdão como é o caso de uma empresa de saneamento que estamos a trabalhar há algum tempo, tratando de duas cidades portuárias, Mindelo e Roterdão achamos que é benéfico para São Vicente.

**5- Na sua opinião, qual é a razão pela qual os autarcas Cabo-Verdianos privilegiam as geminações com os Municípios Portugueses?**

Eu acho que é uma questão de cultura, da língua que facilita bastante, com as outras realidades são culturas diferentes, língua diferente, às vezes a aproximação em termos geográficos, isso tudo poderá ter dificultado a Câmara Municipal de São Vicente em fazer outras geminações, com outras partes do Mundo, nós temos privilegiado esses outros lugares nós tivemos em New Bedford onde fomos assinar o protocolo, já existia essa ligação da Câmara de São Vicente com New Bedford, estamos trabalhando com a Câmara de Roterdão, através das empresas nós temos tido vários encontros com as empresas basicamente na área de saneamento, já discutimos com o Senhor Cônsul no sentido de ver se chegarmos a o que seria o grande protocolo, uma grande geminação tendo em conta as realidades muito próximas entre os dois Municípios, e há outros que

nós colocamos no nosso programa de atividade, mas tendo em conta os custos das viagens que são enormes e fica difícil de concretizar .

**6- Fazendo uma comparação das relações de cooperação entre os Municípios de S. Vicente e as congéneres portuguesas com as quais tem acordos de geminação, antes (mandato do Doutor Onésimo e Dr<sup>a</sup> Isaura) e durante o seu mandato, na sua opinião o que mudou? E porque?**

As geminações não mudam, só se fortalecem, por exemplo nós fortalecemos várias geminações, por exemplo com o Porto, na altura em que o Presidente era o Rui Riu estabelecemos uma geminação muito interessante, é uma pessoa que gosta muito da cooperação técnica. Do diálogo com Felgueiras fortalecemos essa geminação que já existia há algum tempo, com Oeiras, eu acho que nós com os Municípios Portugueses foi dar uma continuidade a esses protocolos, porque achamos que é desnecessário procurar outras geminações em Portugal, então saímos a procura da geminação em outras paragens como é o caso de New Bedford que foi no passado, estamos atrás da geminação com Roterdão, também estivemos trabalhando com a China já com contacto no feito anteriormente com a Doutora Isaura, mas Schengen é um espaço muito longe, nós sempre temos tentado fortalecer ou iniciar o processo de geminação de início até chegar a assinatura.

**7-Tem-se uma ideia do arrefecimento dessas relações após o término do mandato da Dr<sup>a</sup> Isaura Gomes, evidenciado através da diminuição significativa de apoios que eram disponibilizados ao Município e mesmo da deslocação de representantes desses municípios ao nosso país e vice-versa. Partilha desse sentimento. Sim/Não, porque?**

A nível das deslocações nós reduzimos drasticamente por causa dos custos, as condições financeiras hoje são diferentes, mas a nível da cooperação eu acho que nós temos feito um trabalho grande, só com a Câmara Felgueiras nós temos fortalecido grandemente e a Câmara de Felgueiras nos enviou o ano passado três viaturas, com a Câmara de Coimbra nos enviou também viaturas, dentro do projeto de cooperação para os Bombeiros temos outras cooperações com Municípios em Portugal onde nós temos neste momento viaturas na Alfandega nós fortalecemos cooperação nível do ensino com os Municípios do Norte, há uma semana atrás estava cá os professores de Bragança discutindo connosco as bolsas e a situação dos nossos alunos, eu acho que se fortaleceu

muito nesse sentido, eu acho que talvez tenhamos feito pouca publicidade com a Holanda já estamos na quinta viatura que vem para além de estarmos, neste momento, a preparar um grupo para formação a nível do saneamento e também procurando mais uma intervenção a nível de remodelação da nossa lixeira, nós temos publicitado pouco, mas eu acho que não é necessário de publicitar, para além de outros aspectos que nós temos feito muito a nível da geminação, com New Bedford já começamos a ter os frutos dessa geminação, os acordos já estão sendo colocados em prática. Hoje as condições são diferentes as deslocações são mais controladas, a situação Europeia é diferente outrora os Municípios de Portugal estavam mais à vontade tinham muito mais, a nível de formação continuamos com os mesmo em Oeiras já fomos lá duas vezes, para nos apoiar a nível da administração e na parte urbanística, já enviamos alunos a fazer estagio em Oeiras continua uma cooperação forte com Oeiras, temos um grande plano de Oeiras que é o apoio para um Polidesportivo para a zona Norte estamos trabalhando para se deslocar e junto do Presidente Paulo Vistas, nós continuamos trabalhando, só que não é como antigamente em que podíamos viajar agora as viagens são controladas, e há outras preocupações que são mais importantes, mas n esse sentido eu acho que a geminação continua muito forte, quando a oposição preocupa com as viagens do Presidente é que estamos fazendo alguma coisa, é só ver a cooperação excelente com a Holanda que conseguimos nesse últimos tempos, já fizemos duas viagens nestes últimos seis meses para Holanda, para poder trazer uma nova geminação e uma nova visão para São Vicente.

Em Holanda já assinaram alguma geminação?

Estamos trabalhando com as empresas, o Presidente da Câmara Municipal de Roterdão, há esta intenção nossa já discutida com o Cônsul no sentido de poder fazer essa geminação que eu acho que é fundamental tendo em conta as características destes dois Municípios, nós começamos por uma área que para nós é preocupante em São Vicente e temos feito um esforço enorme que é a área do ambiente e saneamento e temos direcionado o nossos trabalho nos últimos meses basicamente com a empresa de saneamento do Município de Roterdão, para ver se eles conseguem nos ajudar na questão do tratamento do lixo, na seleção e recolha, eu acho que é uma forma de iniciar essa cooperação e depois passar para outras áreas importantes para a ilha.

**8- Qual o balanço que faz da geminação na CMSV ao longo desses anos?**

No meu entender é extremamente positivo, porque conseguimos dar força a várias geminações com a Câmara do proto embora ainda eu não consegui visitar o Novo Presidente, mas com o Presidente Rui Riu que terminou o mandato dando força a geminação porque nós temos muitos estudante lá no Porto, com a Câmara de Felgueiras tem sido excepcional, nós iremos revitalizar com a Câmara de Famalicão o Presidente da Câmara estava cá agora em Janeiro já nos convidou para irmos lá, temos sempre o contato através da empresa de calçado Ico que esta cá instalada, com a Câmara de Coimbra nós temos estado em contacto temos recebido vários apoios dessa Câmara Municipal, Oeiras também temos a nossa geminação antiga que outrora era muito mais frutífera, pelo que as condições eram diferentes, mas continuamos mantendo essa grande cooperação e temos planos com Oeiras e nós iremos continuar, nós iremos dar força a geminação agora com New Bedford, embora já existia com essa Câmara também por questões históricas a emigração e o porto e ver se conseguíamos o que seria muito bom para São Vicente também essa geminação com Roterdão, nós iremos trabalhar nesse sentido, embora sabemos que apolítica deles é diferente.

**9- Como perspectiva o futuro das geminações do Município de SV com as congéneres portuguesas?**

Fundamentalmente potencializar e revitalizar é isso que é importante e mantermos essa cooperação, já tinha esquecido com Angra de Heroísmo estiveram cá no Carnaval, vieram quase sessenta pessoas via a Câmara Municipal eu acho que a geminação esta muito forte as pessoas não vêm, mas agora também ira um grupo de músicos para as festas junínas, a geminação entre as duas Câmaras Mancipais, nessa cooperação temos bolsas totalmente pagas, portanto eu acho que tem feito muito no domínio da geminação, as pessoas podem não saber as informações, mas tem feito muito na área da geminação e ainda temos um bom caminho a percorrer.